


unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

INA THOMÉ PICOLI

COMÉRCIO INTERNACIONAL E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: RELAÇÕES
BILATERAIS BRASIL-CHINA, NO PERÍODO 2000-2011



ARARAQUARA – S.P.
2012

INA THOMÉ PICOLI

**COMÉRCIO INTERNACIONAL E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:** relações
bilaterais Brasil-China, no período 2000-2011

Monografia apresentada ao Conselho de Curso de Ciências Econômicas, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Profº Adjunto Enrique Amayo Zevallos, Ph.D.

Bolsa: FAPESP

ARARAQUARA – S.P.
2012

[VERSO DA FOLHA DE ROSTO]

Ficha Catalográfica: deve ser preenchida a solicitação no site da Biblioteca da FCLAr e aguardar o e-mail de confirmação. O retorno da ficha pronta será dado em no máximo 48 horas e após o reenvio da ficha ao solicitante, este deve imprimir a mesma no verso da folha de rosto.

Sobrenome, Prenome do autor

Título principal do trabalho: subtítulo / Nome completo do autor. – Local(cidade)

xxx f : il. ; xx cm

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC (Graduação) –
Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade
Estadual Paulista, Local (cidade), ano.

1 Descritor. 2. Descritor. 3 . Descritor. I. Autor II. Título.

COMÉRCIO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: relações bilaterais Brasil-China

Monografia apresentada ao Conselho de Curso de Ciências Econômicas, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Profº Adjunto Enrique Amayo Zevallos, Ph.D.

Bolsa: FAPESP

Data da defesa/entrega: ___/___/___

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profº Dr. Enrique Amayo Zevallos
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Membro Titular: Profª Dra. Luciana Togeiro de Almeida
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

À minha mãe (Maria Isabel), ao meu pai
(Oswaldo) e meu irmão (Eduardo).

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, pela força e coragem durante toda esta caminhada. Agradeço também a todos os professores que me acompanharam durante a graduação, em especial ao Prof^o Dr. Enrique Amayo Zevallos, o qual como orientador e amigo é responsável pela realização deste trabalho. Obrigada professor por mostrar-me e ensinar-me os primeiros passos desta linda trajetória que é a vida acadêmica e, sobretudo, por acreditar em meu trabalho. A minha sincera gratidão aos membros do Núcleo de Pesquisas sobre o Pacífico e a Amazônia (NPPA) que também são meus amigos e companheiros. Os agradeço pelos conselhos e sugestões, pelas críticas e, sobretudo, pelas inúmeras conversas engrandecedoras e que deram sentido ao meu trabalho durante todos estes anos. Obrigada Josimar Gonçalves, Felipe Duarte, Pedro García, Giovanni Barillari, Beatriz Araújo, Fábio Borges, Rogério Campos, Samuel de Jesus, Paulo Gustavo e Isabel Cristina Rossi.

Dedico esta conquista aos meus amados pais (Maria Isabel e Osvaldo), ao meu irmão (Eduardo), pois são minha fonte de força e coragem para seguir em frente e nunca deixar de acreditar na vida.

Aos meus amigos, lhes agradeço por caminharem comigo, pela força, pelo incentivo, e principalmente pelo carinho e amor. Obrigada às minhas amigas e companheiras da “República Anônima” da UNESP Araraquara, Erica, Elaine, Natália e Pamela, por fazerem parte e dos melhores anos de minha vida.

"Hoje entendo bem meu pai. Um homem precisa viajar. Por sua conta, não por meio de histórias, imagens, livro ou televisão. Precisa viajar por si, com seus olhos e pés, para entender o que é seu. Para um dia plantar suas próprias árvores e dar-lhes valor. Conhecer o frio para desfrutar do calor. E o oposto. Sentir a distância e o desabrigo para estar bem sob o próprio teto. Um homem precisa viajar para lugares que não conhece, para quebrar essa arrogância que nos faz ver o mundo como imaginamos e não simplesmente como ele é ou pode ser. Que nos faz professores e doutores do que não vimos, quando deveríamos ser alunos, e simplesmente ir ver! É preciso questionar o que se aprendeu. É preciso ir tocá-lo".

(Amyr Klink, 2000).

RESUMO

Atualmente a China é um ator essencial do cenário econômico mundial, sendo também um grande demandante de matérias primas para manter seu acelerado crescimento, resultando assim em importante e estratégico para a região latinoamericana, sobretudo, por ser um grande comprador. Por sua importância econômica, estratégica e demográfica a China se destaca em relação à maioria dos países do mundo sendo não apenas um ator chave, responsável por grandes mudanças ocorridas no nível e estrutura da demanda mundial, mas também importante fonte de recursos financeiros para manter os equilíbrios internacionais. Através da discussão das relações de comércio entre Brasil e China buscamos analisar os principais resultados em termos econômicos e sociais, principalmente a atuação do Brasil enquanto ator global dado sua importância crescente na dinâmica mundial. A intenção desta pesquisa é entender as dimensões da relação com o país asiático, a partir do posicionamento do Brasil como um dos principais parceiros comerciais de China, sobretudo como exportador de produtos primários. Em termos de exportações realizadas por setores desde o Brasil para a China existe uma grande concentração nos recursos naturais de matérias primas, particularmente os minérios, alimentos, e combustíveis; trata-se de um pequeno *hall* de produtos com baixo nível de processamento.

Palavras – chave: Comércio Internacional. Brasil. China. América Latina. Desenvolvimento.

RESUMÉN

China se ha presentado como un importante actor en el escenario económico mundial, como un grande demandante de las materias primas para mantener su acelerado crecimiento, así que ha sido importante y estratégico para la región latinoamericana, sobretodo, como potencial comprador. Debido a su importancia económica, estratégica y demográfica, China se ha destacado en relación a los demás países asiáticos. China no sólo es un actor clave responsable por los grandes cambios que han ocurrido en la estructura de la demanda mundial, sino que ha sido una importante fuente de recursos financieros que han mantenido los equilibrios internacionales. A través de las discusiones de las relaciones comerciales entre Brasil y China hemos buscado analizar los principales resultados logrados en términos económicos y sociales, sobretodo, la actuación de Brasil como un actor global. El objetivo es comprender las dimensiones de la relación con el país asiático, a partir del posicionamiento de Brasil como uno de los principales socios comerciales de China, sobretodo, como primario exportador. En términos de exportaciones que han sido realizadas desde Brasil hacia China ha tenido gran concentración en recursos naturales y materias primas, particularmente los minerales, productos alimentares, combustibles, es decir, se trata de un pequeño *hall* de productos con bajo valor agregado.

Palabras – claves: Comercio Internacional. Brasil. China. América Latina. Desarrollo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Banco de Agricultura da China
ADBC	Banco de Desenvolvimento Agrícola da China
BIS	Bank of Settlements
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
BOC	Banco da China
BPC	Banco Popular da China
CBRC	China Banking Regulatory Commission
CCB	Banco Popular de Construção da China
CDB	Banco de Desenvolvimento da China
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
EPZ	Zonas Francas Industriais
ETDZs	Economic and Technological Development Zones
EXIMBANK	Banco de Exportação e Importação
FMI	Fundo Monetário Internacional
FTZ	Zonas de livre Comércio
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
HIDZ	Zonas de Desenvolvimento de Alta Tecnologia Industrial
ICBC	Banco Industrial e Comercial da China
IDE	Investimento Direto Externo
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
OMC	Organização Mundial do Comércio
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SOBEET	Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica
ZEE	Zona Econômica Especial

RESUMO	9
INTRODUÇÃO	14
1. Condicionantes e determinantes do crescimento econômico	17
1.1 A lógica do sistema de produção capitalista: Marx vai à China.....	17
1.3 Sistema Financeiro	20
1.4 Evolução do Sistema Financeiro Chinês	21
2. Abertura externa, crescimento econômico e a busca pelo desenvolvimento.	25
2.1 A Inserção internacional brasileira	26
2.2 O gradualismo chinês	28
2.3 O papel das Zonas Econômicas Especiais	30
2.4 Consenso de Washington X Consenso de Pequim: fatos e ideias	32
3. Relações Brasil-China	33
3.1 Fundamentos teóricos como ponto de partida	34
3.2 O IDE e sua importância para o comércio entre os países	38
3.3 A entrada da China a OMC: o que mudou?.....	41
3.4 Comércio Brasil e China: a natureza das relações.....	42
4. CONCLUSÕES	46
5. Referências bibliográficas	49
ANEXO A – Distribuição geográfica das Zonas de Desenvolvimento Econômico e tecnológico	53
ANEXO B – Organização do Sistema Financeiro da China	57
ANEXO C – Principais Produtos Exportados do Brasil para China	59
ANEXO D - Principais Produtos que o Brasil importa da China.....	62

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado das atividades desenvolvidas na Pesquisa de Iniciação Científica “Pacífico Asiático e América do Sul. Um Estudo das Relações Comerciais no período de 2000 a 2009: parceria, amplitudes e possibilidades com ênfase em Brasil e China”, realizada como bolsista *FAPESP*, sob a orientação do Professor Enrique Amayo Zevallos, Ph.D.

Por sua importância econômica, estratégica e demográfica a China se destaca em relação aos demais países asiáticos. Sendo não apenas um ator chave, responsável por grandes mudanças ocorridas no nível e estrutura da demanda mundial, senão também por ser uma eminente fonte de recursos financeiros responsáveis pelos equilíbrios internacionais; por exemplo, é conhecidamente um dos maiores possuidores de reservas internacionais em dólares (BELLUZZO, 2005). As relações que mantém com América Latina crescem e se dinamizam a passos largos, sobretudo devido ao progressivo interesse chinês em garantir e manter o acesso aos recursos naturais existentes em nosso sub-continente, ao mesmo tempo em que os produtos vindos da China para América Latina são de natureza manufatureira de baixa, média ou alta tecnologia. Podemos dizer que a China também passou a ser um dos principais destinos das exportações dos próprios países asiáticos, pois estes estão cada vez mais especializados e dessa maneira deixam de exportar produtos puramente baseados em recursos naturais, transformando-se em fornecedores de insumos com maior grau de complexidade, o que afirma a busca por novos mercados e fornecedores por parte da China (ROSALES, 2007). Dentre os desafios relacionados a esta temática é interessante também identificar os projetos de infraestrutura, energia, pesquisa e desenvolvimento (P&D) nos quais o investimento chinês mostra interesse.

A forma pela qual a economia chinesa se apresenta hoje é resultado das políticas seguidas pelo governo nos últimos anos da década de 70, a partir da mudança ocorrida na liderança do governo sob Deng Xiaoping e, conseqüentemente, na postura política do país, que implementou as “Quatro Modernizações”. Essas medidas compunham o “objetivo da política interna chinesa, anunciado em 1978, para desenvolver as áreas de agricultura, indústria, defesa nacional e ciência e tecnologia. Na busca desse objetivo, a China dirigida por Deng Xiaoping implementou uma política de portas abertas ao Ocidente, criando zonas econômicas especiais e mandando estudantes para o exterior” (SPENCE, 1996, p.747).

Como apontado por Spence (1996), dadas as diferentes vertentes políticas que existiam no território chinês, não surpreende que as orientações da China em política interna e externa tenham

permanecido ambíguas ao longo de 1977 e 1978. Para conseguir o desenvolvimento nas áreas de alta prioridade de fontes de energia, computadores, tecnologia espacial e de laser, física de alta energia e genética, anunciou-se que haveria um programa de treinamento concentrado para 800 mil trabalhadores em pesquisa científica, junto à criação de novos centros de pesquisa integrados em um sistema nacional. Também foram desenvolvidos planos para a criação de 88 “universidades chaves” - com admissão apenas por rigorosos exames competitivos – e para vários colégios técnicos. Os cientistas mandados para o campo em anos passados deveriam ser chamados de volta e designados novamente para cargos profissionais (SPENCE, 1996, p.611-612). No que diz respeito ao campo da política interna, estavam sendo difundidos programas radicais ou “programas de aprendizado” na agricultura e na indústria. Este era visto como o verdadeiro caminho para as “Quatro Modernizações” (SPENCE, 1996).

A consequência dessa diferente organização e orientação da economia chinesa nas décadas seguintes pode ser vista nas evidentes e crescentes modificações ocorridas na postura assumida pelo governo chinês frente ao ocidente e também na mudança de seus padrões de especialização que tanto tem influenciado o mercado mundial de bens e serviços. Processo que tem grande importância para o desenvolvimento deste trabalho.

O estudo foi norteado pela perspectiva de elevação no fluxo de comércio entre Brasil e China. Nesse sentido, tivemos como objetivo analisar os principais produtos e serviços que compuseram as bases deste novo cenário, considerando que trata-se de uma mudança que ainda esta em curso. Realizamos uma coleta e sistematização de dados quantitativos que evidenciaram o avanço das transações comerciais entre estes os países em análise.

Ainda em nosso objetivo específico partindo de evidências de que houve mudanças no padrão de especialização da economia chinesa, buscamos responder a algumas questões colocadas ao longo da elaboração do projeto deste trabalho, que de maneira geral se expressam na seguinte interrogativa: tratando-se de duas grandes economias que emergem no cenário mundial e que se tornam importantes parceiros comerciais, quais os possíveis desdobramentos dessa aproximação e qual a natureza das mudanças que ocorreram no período que concentramos nosso estudo, qual seja 2000 a 2010?

O trabalho está estruturado em três seções. Primeiramente apresentamos uma discussão sobre a lógica de produção do sistema capitalista, a qual se faz possível através da produção industrial e como é sabido, o crescimento e desenvolvimento da economia chinesa tiveram

notável influência daquele setor. Nesta primeira seção apresentamos uma perspectiva da evolução e características do Sistema Financeiro chinês. A segunda seção apresenta os distintos caminhos seguidos pelos dois países em busca do desenvolvimento. Aqui discutimos alguns fatores determinantes para a alavancagem da industrialização chinesa, bem como as principais debilidades da inserção internacional brasileira. Reservamos a terceira seção para apresentar a relação comercial existente entre Brasil e China. Os dados utilizados foram coletados a partir de fontes secundárias, fizemos uma análise da Balança Comercial Brasil-China de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) disponíveis no portal do Ministério de desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Utilizamos como base as publicações feitas pelo MDIC em forma de séries temporais acerca dos fluxos de Exportação do Brasil para a China e a Importação realizada pelo Brasil em seus números totais por fator agregado e por último o intercâmbio comercial brasileiro em seus totais gerais. Ressaltamos que os dados foram utilizados de acordo com o recorte temporal proposto pelo estudo (2000-2009).

1. Condicionantes e determinantes do crescimento econômico

“O homem que compra nem sempre quer vender de novo, mas frequentemente quer usar ou consumir; enquanto aquele que vende sempre quer comprar de novo. Um pode frequentemente ter feito tudo, mas o outro nunca terá feito mais do que metade do seu negócio. Não é pelo dinheiro que o homem deseja o dinheiro, mas pelo que pode comprar com ele” (Adam Smith, *A Riqueza das Nações*, v. I p.460).

1.1 A lógica do sistema de produção capitalista: Marx vai à China

Quando iniciamos o estudo das etapas de crescimento de um país necessitamos considerar alguns conceitos para obtermos um claro e objetivo entendimento em relação ao que buscamos. Para este trabalho consideramos ser relevante recordar e discutir as principais etapas do processo produtivo de uma economia que neste caso é a da China.

A análise histórica do crescimento da economia chinesa nas últimas três décadas aponta para o papel crucial desempenhado pela condução das políticas macroeconômicas, sobretudo políticas de câmbio, o desempenho das exportações e o importante papel dos fluxos de capitais, como são os investimentos de forma direta – Investimento Direto Externo (IDE). Nesse sentido, a economia chinesa vem se destacando em relação às demais em desenvolvimento, já que a partir dos anos setenta do século XX vem logrando elevadas taxas de crescimento. Neste capítulo trataremos de analisar alguns aspectos que podem ser considerados condicionantes destes resultados, para tanto buscaremos compreender o processo de crescimento da economia chinesa.

Consideraremos a perspectiva desenhada a partir dos estudos de Karl Marx¹. Aqui aclaramos que através da revisão bibliográfica desenvolvida tivemos contato com uma antologia, a qual foi elaborada e traduzida tendo como base publicações de Marx e Engels (1974)², os quais em teoria admitiam a possibilidade de uma passagem rápida do modo de produção asiático³

¹ Karl Marx (1818-1883). Sociólogo e Economista do que chamava de capitalismo. Estamos de acordo com as palavras de Aron (1993) “não tem muito interesse, portanto, indagar se Marx foi stalinista, trotskista, partidário de Khruchtchev ou de Mao. Marx teve a sorte, ou a infelicidade, de ter vivido há um século” (ARON, 1993, p. 131).

² O livro foi elaborado com base nas seguintes publicações de “La Chine” Karl Marx e Fr. Engels, 1973, com organização e notas de Roger Dangeville; e “Marx on China”, Articles from “The New York Daily Tribunes” 1853-1860, Londres, 1968.

³ George Lichtheim aponta que em janeiro de 1859, Marx ao escrever o “Prefácio à crítica da Economia Política” pela primeira vez fez um sumário do seu método que indica a exata relação que o processo econômico mantém com

(China e Índia) ao modo de produção capitalista. Nesse sentido, nossa intenção é apresentar os elementos e as etapas do processo de produção capitalista, na tentativa de identificar as particularidades existentes no conjunto de fatores que compõem o processo de crescimento da economia chinesa.

O esquema básico apresentado por Marx sobre a escala produtiva aparentemente é de fácil compreensão, por isso reservamos os próximos parágrafos para expor as ideias utilizadas por aquele autor para compreender o sistema capitalista.

Segundo Marx, a lógica de funcionamento da economia capitalista parte do pressuposto de que tudo aquilo que é produzido, tem como objetivo final a venda, ou seja, a troca de uma mercadoria para poder comprar outra mercadoria, por isso cabe-nos compreender como se dá este caminho da produção à venda. De acordo com Marx todos somos proprietários de mercadorias, logo, sem mercadoria não é possível sobreviver dentro desta lógica capitalista; ocorre que alguns indivíduos possuem como mercadoria apenas sua força de trabalho e assim a vendem no mercado, enquanto outros indivíduos possuem outro tipo de mercadoria que é o dinheiro.

Dentro do processo de produção capitalista as trocas podem ter duas finalidades, a primeira é aquela em que o indivíduo vende para comprar, e a outra se caracteriza por ser uma operação inversa de comprar para vender. É justamente a partir desta última que surge a condição que a economia capitalista possui para sustentar e gerar a produção de maneira dinâmica. Adotaremos o esquema $D - M - D'$ para compreender como ocorrem as etapas do sistema capitalista. O objetivo que leva um indivíduo (empresário) a empreender este processo de compra de mercadorias na esfera do mercado é obter um valor adicional no ato da venda, o que poderá proporcionar o resgate daquele dinheiro (capital) que foi utilizado para iniciar o processo produtivo, o qual será superior ao montante inicial.

Discutindo alguns conceitos introdutórios sobre o modelo de produção capitalista na tentativa de compreender o processo produtivo e o ciclo das mercadorias, podemos perceber que o objetivo principal do modo de capitalista é a acumulação de capital em sua forma riqueza. O ciclo das mercadorias descrito por Marx representado pela fórmula $D - M - D'$ (dinheiro, mercadoria, mais dinheiro), é usado para compreender a existência de duas etapas dependentes,

o processo histórico em geral; diz o autor “ é aqui, quase no final da hoje clássica formulação da ‘concepção materialista da história’, que ele introduz os seus quatro estágio históricos: ‘Em linhas gerais: os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser designados como épocas progressivas na formação economia das sociedades’” (LICHTHEIM, 1981, p. 148-9).

sendo a primeira $D - M$ a fase produtiva ou industrial, a qual para ser realizada necessita mão-de-obra e matérias primas; e a segunda etapa $M - D'$, é a fase comercial.

A fórmula imediata de circulação de mercadorias $M - D - M$, “vender para comprar”, traduz o momento em que um indivíduo troca uma mercadoria por dinheiro e o usa para adquirir uma outra mercadoria necessária para sua subsistência, no qual o objetivo último não é a geração de lucro. O investimento em dinheiro que o indivíduo realiza comprando uma mercadoria ou produção, com o objetivo de vendê-la por um preço acima daquele usado para adquiri-la, visando o lucro é representado pela fórmula da transformação de dinheiro em mercadoria e retransformação de mercadoria em dinheiro, “comprar para vender”, $D - M - D'$. Esta última abre a possibilidade do indivíduo uma vez estando em posse do seu excedente ter a opção de emprestá-lo, gerando uma atividade especulativa, a qual tem como objetivo o lucro (MARX, 1988).

O ciclo de mercadorias $D - M - D'$, ao invés de $M - D - M$, significa que produção e troca são agora dirigidas para a geração (e acumulação) de mais-valia, sendo representada pela diferença entre D' e D na expressão acima, ao invés da simples criação de valores de uso, também a mais-valia deve poder assumir a forma dinheiro, o que significa ter a capacidade de converter-se em dinheiro através da realização da produção – representada pela venda.

O objetivo maior do sistema capitalista é retirar da circulação de modo aumentado aquele montante inicial que foi utilizado para produzir, e o meio para se chegar a esse fim é produzindo bens e serviços. Dentro deste sistema se o movimento de “mais dinheiro” não se realizar significa que aqueles que empreenderam o processo inicial não terão suas expectativas de valorização realizada, logo existirá um excesso que não será valorizado da maneira desejada, porém se existe uma reprodução perpétua deste processo de valorização estaremos diante de um processo de elevação do produto nacional, conseqüentemente crescimento da geração de renda e emprego.

A acumulação de capital é uma variável importante para a realização do processo produtivo, uma das condições essenciais para que ela ocorra é a transformação de dinheiro em mais dinheiro. Este movimento abrange diversos setores da economia, como é o financeiro, pois para que haja contratação de mão de obra e compra de matérias primas é necessário que exista um investimento prévio, ainda na fase da produção industrial. Sendo este um ponto de grande relevância optamos por apresentar as principais características e mudanças no sistema financeiro chinês.

A partir das distintas etapas da produção, industrial e comercial, tratamos de compreender que para que a primeira se concretize é necessário, de um lado, força de trabalho e do outro, as matérias-primas; e no caso da China o crescimento do produto foi liderado pelo setor industrial, sendo intensivo em acumulação de capital. O setor industrial manufatureiro tem aumentado sua participação na composição do PIB de maneira considerável, quando comparado ao comportamento dos setores primário e terciário (CEPAL, 2010). A vitalidade da indústria para o crescimento da economia chinesa pode ser ilustrada através do pioneirismo de Shenzhen como Zona Econômica Especial⁴. Esta última funcionava como uma ponte entre China e Hong Kong, servindo como importante “janela para o mundo”. Dentre todas as cidades, Shenzhen tornou-se uma das mais produtivas, sendo considerada uma importante base econômica para indústrias de alta tecnologia, serviços financeiros, exportações e transportes marítimos. Após três décadas de crescimento, Shenzhen se tornou um dos mais importantes polos de pesquisa e desenvolvimento (P&D). Ainda nos anos 1978, a cidade possuía apenas 174 fábricas, e o total produzido não ultrapassava 10, 25 milhões de dólares. No entanto, entre o período 1980-2007, Shenzhen passou por um processo de experimentação como Zona Econômica Especial, e a produção que antes era terra-intensiva passou a apresentar maior valor agregado. O valor bruto da produção industrial para o ano 2008 chegou aos 521,49 milhões de dólares, e desde então Shenzhen vem sendo a força propulsora do crescimento econômico na China (Yuan et al, 2010).

1.3 Sistema Financeiro

Primeiramente diferenciaremos alguns conceitos sobre a temática financeira de uma economia. A distinção entre um banco de outros tipos de instituição. De acordo com Carvalho (2007), um banco comercial atua no mercado de crédito como intermediário em sociedades de crédito, financiamentos e investimentos. No Brasil, os bancos comerciais deixaram de ser a principal classe de instituição financeira a partir de 1988, ou seja, as instituições financeiras que operassem nos segmentos comercial e de investimento, foram autorizados a se organizarem sob a chamada forma de bancos *múltiplos*, os quais podem operar em vários segmentos do mercado financeiro. A única instituição bancária a manter-se organizada formalmente como banco comercial é o Banco do Brasil (CARVALHO, 2007).

⁴ No capítulo 2 discutimos a implementação das ZEE de forma mais detalhada, atribuindo papel ilustrativo ao crescimento de Shenzhen como a primeira ZEE.

A nível mundial o Comitê da Basileia para a Regulação Bancária, mantido pelo Bank of Settlements (BIS) - responsável pela publicação de estatísticas e relatórios sobre os bancos centrais e o sistema financeiro mundial - inicialmente foi criado para servir como fórum de debates entre representantes dos governos do G10⁵ e os acionistas da instituição. O Acordo da Basileia de 1988 teve dois objetivos principais: reforçar a saúde e a estabilidade do sistema bancário internacional e promover uma estrutura justa com vistas a diminuir a grande desigualdade competitiva entre bancos internacionais. Numa reformulação mais ampla do texto de 1988, a emenda ao Novo Acordo da Basileia, reconhecia que o banco da década de noventa se apresentava de forma mais complexa e diversificada; assim o novo Acordo da Basileia, ou Basileia II, representou a possibilidade do próprio banco definir e mensurar os riscos a que está sujeito. O Acordo de Basileia III, que será colocado em prática entre 2013 e 2019, pouco a pouco aumentará os requisitos de transparência por parte das instituições bancárias (CARVALHEIRA, 1997).

O Comitê da Basileia não goza de poder para delegar a implementação de estratégias a serem seguidas, pois são os *policy makers* que regulam e fiscalizam as finanças de um país, ou seja, são áreas de decisão doméstica. De qualquer forma, trata-se de recomendações influentes e, portanto, possuem grande chance de absorção pelos sistemas bancários domésticos de regulação e supervisão financeira.

1.4 Evolução do Sistema Financeiro Chinês

Ao longo dos últimos trinta anos a economia chinesa passa pela transição de uma economia socialista e planificada com forte centralização, para uma economia de mercado, em que o Estado exerce grande regulação da atividade econômica, incluindo os bancos e mercados financeiros. O sistema de intermediação financeira é a peça mais atrasada da formidável máquina de produzir que é a economia chinesa. De acordo com Roch e Rodríguez (2011) “a principal causa da grandeza e superficialidade do sistema financeiro chinês deve-se ao fato de que a propriedade majoritária do sistema bancário chinês é do Estado, sendo assim o governo exerce forte intervenção nos mercados financeiros locais” (ROCH e RODRÍGUEZ, 2011, p. 4).

⁵ O G-10 foi fundado em 1962 por representantes dos governos centrais de Bélgica, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Holanda e Reino Unido; e dos bancos centrais da Alemanha Ocidental e Suécia. Em 1964, a Suíça foi incorporada ao grupo, que manteve a denominação G-10.

Em meados de 1875 existiam na China cerca de 105 instituições creditícias, e 5 dos primeiros bancos modernos foram fundados entre os anos de 1897 e 1908 (XUEDONG, 2012). O Banco Popular da China (BPC), propriedade do Governo Central, permaneceu como sendo o único banco entre os anos de 1950 – 1978; supervisionado pelo Ministério das Finanças exercia as funções de Banco Central e Banco Comercial, controlava aproximadamente 93% dos ativos financeiros totais do país, além de operar a maioria das transações financeiras. O BPC tinha como papel principal financiar os planos de produção física e conceder créditos, ações que eram uma das maneiras de controlar os fluxos em moeda nos mercados de consumo e as transferências em “espécie” a suas filiais transferidas, a sua vez, às unidades estatais de produção. Além do BPC, o Banco da China (BOC), criado em 1912, especializava-se em manejar transações em moeda estrangeira (XUEDONG, 2012).

Em fins da década de 1970, já quando postas em prática as reformas políticas de Deng Xiaoping, começaram a surgir mudanças estruturais no sistema financeiro chinês, as quais se prolongariam até meados do ano 1984. No ano 1979 o BPC separou-se do Ministério das Finanças convertendo-se em um órgão autônomo, ao mesmo tempo em que bancos estatais, como o Banco da China (BOC), Banco Popular de Construção da China (CCB) e Banco de Agricultura da China (ABC), absorviam parte das operações comerciais do banco Central (XUEDONG, 2012). O BPC reestruturou-se na década de 1984, passando de Banco Central para um sistema em que exercia papel de Banco comercial. Com o objetivo de zelar pelas operações e transações comerciais que deixaram de fazer parte das atividades do Banco Central, criou-se o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC).

Em fins dos anos oitenta do século XX houve um rápido crescimento dos intermediários financeiros com caráter distinto dos quatro grandes bancos estatais comerciais; exemplo disso são os bancos regionais formados nas Zonas Econômicas Especiais (ZEE) e cidades litorâneas. Nas áreas rurais surgiram as Cooperativas de Crédito Rurais, sob a supervisão do Banco Agrícola da China, e nas áreas urbanas surgiram as Cooperativas de Crédito Urbano.

Em 1992 a famosa gira de Deng Xiaoping pelo sul da China marcou o início de uma nova etapa de reforma e expansão econômica. Naquele ano o dirigente visitou as cidades de Shanghai, Shenzhen e Zhuhai fazendo pronunciamentos através dos quais anunciava a continuação e aprofundamento das reformas empreendidas. O que terminou reafirmando que a abertura econômica seria acelerada, e a partir deste ano iniciou-se uma aceleração sem precedentes no

crescimento econômico e no investimento estrangeiro no país. A partir daí o sistema financeiro chinês experimentou um forte incremento de investimentos externos e de grande desregulação do setor bancário que se caracterizou pelo surgimento de novos bancos dos governos provincianos e locais e também pelo reaparecimento de Shanghai como centro financeiro da China (XUEDONG, 2012).

Como saída para fomentar as áreas rurais foi estabelecido o Banco de Desenvolvimento Agrícola da China (ADBC), para instrumentar políticas de apoio às áreas subdesenvolvidas foi criado o Banco de Desenvolvimento da China (CDB), e para fomentar o comércio e cooperação econômica com o exterior criou-se o Banco de Exportação e Importação (EXIMBANK) (XUEDONG, 2012, P. 7). Na tentativa de amenizar as distorções causadas pela intervenção política ao Sistema Financeiro e aprimorar o funcionamento dos bancos, após a criação daqueles *policy banks*, os quatro grandes bancos estatais puderam se concentrar na área comercial. De maneira geral, a década de noventa marcou o processo de criação e desenvolvimento de mercado de valores; exemplo disso é a criação bolsa de Shanghai.

Com a entrada da China a OMC em 2001, ampliou-se o processo de transformação para uma economia de mercado, ou seja, com maior abertura ao exterior, inclusive do setor financeiro. De acordo com as regras da OMC, em 2014 o sistema financeiro chinês deverá estar isento de todo tipo de restrições à entrada de novos investidores nacionais e estrangeiros, o que significa que a China deverá completar a legislação econômica correspondente e operar dentro das regras deste jogo capitalista (XUEDONG, 2012, p. 8). Em 2003 foi criado o China Banking Regulatory Commission (CBRC), o qual assumiu as funções de regulação e fiscalização do Sistema Bancário, antes atribuído ao Banco Popular. A partir deste período a China passou a ter uma rede completa de agências reguladoras do Sistema Financeiro, todas possuindo um nível de ministério e diretamente supervisionadas pelo Conselho de Estado.

A economia chinesa conta com um sistema financeiro grande, mas não necessariamente eficiente, trata-se de uma das indústrias mais reguladas do mundo, encontra-se dominada pela propriedade estatal e protegida da competição internacional. O setor bancário chinês até o ano de 2010 compreendia 3 bancos de desenvolvimento; 289 bancos comerciais subdivididos em 5 grandes bancos comerciais estatais, 12 bancos comerciais de propriedade mista (estatal e privado), 147 bancos de cidades, 85 bancos comerciais rurais e 40 bancos estrangeiros privados; 223 bancos cooperativos rurais; 2646 cooperativas de crédito rural; 1 banco postal e 607

instituições financeiras não bancárias. A soma de bancos de desenvolvimento, bancos comerciais, bancos cooperativos, cooperativas de crédito urbanas e rurais, banco postal e instituições financeiras não bancárias é de 3769 entidades, com aproximadamente 196 mil escritórios e mais de 2 milhões 991 mil empregados.⁶

Desde o ano 2001, ano em que China ingressou à Organização Mundial do Comércio, o sistema chinês tem se modernizado e aberto à competição estrangeira com setores do mercado financeiro (ações, títulos, hipotecas, derivativos e outras operações não bancárias) dentro do marco em que os dirigentes chineses denominaram uma economia socialista de mercado.

⁶ Os dados utilizados foram retirados dos estudos de Roch e Rodríguez (2011). Construímos dois quadros que ilustram o sistema financeiro chinês (quadro 1) e os principais bancos (quadro2) – em Anexo B.

2. Abertura externa, crescimento econômico e a busca pelo desenvolvimento.

“Você poderia me dizer, por favor, por qual caminho devo seguir agora?”, perguntou ela.
“Isso depende muito de aonde você quer ir”, respondeu o gato.

(Lewis Carrol, *Alice's Adventures in Wonderland*.)

Estudar uma economia com as especificidades da chinesa e suas relações com os países ocidentais requer um olhar crítico, atento e ao mesmo tempo curioso. A quantidade de artigos, literatura, documentos e dados envolvendo a temática “relações sino-brasileiras” cresce enormemente e junto a ela cresce também a necessidade de desenvolver estudos mais concisos e sólidos, que não fiquem apenas no âmbito teórico, mas sim que tomem dimensões maiores e que terminem servindo de apoio para a análise da temática. Este talvez seja o maior desafio enfrentado por estudiosos de um país com dimensões continentais como é a China que cresce à taxas elevadas há durante, aproximadamente, três décadas.

Como mostrado por Cabral (2000, p.25), muitas coisas têm sido escritas e muita reflexão têm sido feita no Ocidente sobre estes acontecimentos envolvendo a economia chinesa, e são eventos que moldarão o destino daquela nação, e “independentemente do viés, pró ou contra, que adotam em sua interpretação, todos [...] reconhecem a importância decisiva do acontecimento e sua repercussão nos próximos anos do novo século”.

Quando se aborda o crescimento, o desenvolvimento, bem como as relações comerciais envolvendo a China, surgem interesses tanto de setores públicos quanto privados. Fato que pode ser comprovado pela realização, cada vez mais freqüente, de seminários, eventos, congressos, que fazem menção ao tema. Conforme mostrou Cabral (2000), por exemplo, em evento ocorrido sob os auspícios do Instituto Português de Relações Internacionais - IPRI, o debate travou-se em meio à temática da cooperação bilateral Brasil-China demarcando quatro áreas de atuação (Ciência e Tecnologia - C&T, Energia, Política Internacional e Brasil e China na Globalização).

O debate sobre desenvolvimento econômico sempre gerou grandes dificuldades aos formuladores de políticas tanto no âmbito interno, quanto no externo. Internamente, porque há a necessidade de constantes mudanças nas políticas e planejamentos, e externamente porque só é possível uma integração de um país na economia internacional que gere desenvolvimento, se este país adotar uma agenda voltada para este objetivo (CARVALHO, 1999; DINIZ, 2005). Nas

próximas seções discutiremos as diferentes vias de entrada à economia mundial, bem como suas condicionantes.

2.1 A Inserção internacional brasileira

No início dos anos 1980, a abertura comercial e a liberalização financeira eram vistas como a melhor forma de inserção na economia internacional, apesar das controvérsias acerca desta medida, uma vez que o processo de substituição de importações encontrava-se na iminência de esgotar-se e passava a ser questionado (MARQUES e REGO, 2000).

Aliado à crescente desregulamentação dos mercados internacionais, o processo de abertura comercial contribuiu para a reestruturação da economia brasileira. Naquele período, a liberalização constituía-se na grande medida condutora das políticas econômicas dos países em desenvolvimento. Acreditava-se que o livre comércio proporcionaria o tão almejado desenvolvimento econômico trazendo também melhor qualidade de vida para a população daqueles países, através do crescimento que resultaria da melhor eficiência alocativa dos fatores de produção. “A partir de 1985, a região latino americana passou por um processo generalizado de abertura comercial, sendo que no caso brasileiro em meados de 1988, figurou a reforma comercial seguida da eliminação de controles quantitativos e administrativos das exportações” (MARQUES e REGO, 2000, p. 184).

Em meados de 1970, o padrão de industrialização da economia brasileira era liderado pelos complexos metal-mecânico e indústria química. Na década de 80, surgiam as novas tecnologias relacionadas aos avanços da microeletrônica, informática, telecomunicações, indústria de automação etc. Nascia, então, uma necessidade, cada vez maior, de articular uma nova política industrial que buscasse adaptar o país às novas transformações que se faziam presentes na economia internacional ao mesmo tempo em que se desenvolvesse, internamente, uma indústria capaz de competir com níveis avançados de tecnologia.

Neste mesmo período a política externa brasileira caracterizava-se pelo ajuste determinado pela crise do endividamento externo, o que fazia com que a política de comércio externo era fortemente voltada para a obtenção de superávits comerciais; assim existia um sistema de contenção de importações e incentivos às exportações. Marques e Rego (2000)

mostraram que o principal instrumento naquele período eram as medidas não-tarifárias, das quais se destacava a Lei do Similar Nacional, que listava alguns produtos cuja importação era proibida.

O governo programou um projeto de expansão das exportações, aumentando a participação de setores da indústria pesada em relação às exportações totais, reduzindo a participação de setores intensivos em recursos naturais e mão de obra. Foi então que, com a abertura comercial, houve forte reestruturação industrial, mesmo porque naquele período os fatores competitivos da atividade não passaram por um processo de adaptação gerando, assim, um grande leque de desafios à indústria doméstica pois havia altas tributações e, no cenário macroeconômico, os juros elevados dificultavam novos investimentos, alinhados à falta de infraestrutura e excessiva burocracia (MARQUES e REGO, 2000).

O novo modelo de inserção mantinha o foco em políticas que elevassem a competitividade da indústria brasileira, diferentemente do que ocorria no modelo de substituição de importações em que o objetivo era expandir a capacidade produtiva do país. Estas novas políticas eram definidas com base em algumas diretrizes.

O Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES que possuía papel determinante na definição do modelo, era o órgão que definia a política de integrar-se de forma competitiva e, nesse sentido, as novas linhas de financiamento eram destinadas às indústrias cujos resultados fossem competitivos.

Em 1990, com a criação do Programa Nacional de Desestatização (sob a lei 8031/90) o processo de privatização na economia brasileira foi intensificado e tornou-se parte importante das reformas econômicas do governo. O principal objetivo do governo era evitar o Estado no setor produtivo, tais como siderurgia, mineração, telecomunicações.

Tratou-se de um período de grandes volumes de investimentos, altas taxas de juros e taxa de câmbio sobrevalorizada (o que favorecia as importações). Sarti e Laplane (1997) destacam uma tendência dos novos investimentos que ocorriam se voltarem para os setores dos produtos não-comercializáveis, o que poderia provocar estrangimentos no financiamento do balanço de pagamento. O IED teve grande influência para a retomada do crescimento sustentado; no início dos anos 90 estes investimentos destinavam-se ao processo de racionalização e modernização da indústria (já em meados de 1994 serviriam para aumentar a capacidade produtiva da indústria, dada a ampliação que sofrera o mercado consumidor doméstico).

Após os novos fluxos de investimento estrangeiro, as grandes empresas produtoras de bens finais passaram a importar, cada vez mais, bens de capital e insumos intermediários, resultando numa redução do índice de nacionalização dos bens finais. Esta estratégia, se analisada no nível microeconômico, levava a ganhos de competitividade, mas em termos agregados (macroeconômicos) conduziria a uma fragilização dos encadeamentos produtivos e tecnológicos (SARTI e LAPLANE, 1997). A partir de 1994, houve um aumento no nível dos investimentos globais da indústria brasileira, os quais vinham acompanhados de uma retração dos setores produtores de bens de capital, causando aumento das importações devido à estratégia de especialização adotada pelas empresas estrangeiras.

2.2 O gradualismo chinês

A China aos seus sessenta e três anos de República⁷ goza de uma estrutura político-administrativa muito distinta daquele período em que surgiu, na década de 1949 apresentava-se fechada para o exterior e com um grande *hall* produtivo baseado, principalmente, na indústria pesada, além de uma obsolescência nas técnicas agrícolas, ao mesmo tempo em que conviviam com um imenso atraso social. Além da planificação e centralização do poder, que pouco a pouco se concretizavam, o país passou por grandes mudanças institucionais (o evento da Revolução Cultural em meados dos anos sessenta, a política do filho único na década de setenta com objetivo de controle de natalidade, e importantes mudanças relacionadas à propriedade agrícola, possíveis a partir do “Grande Salto Adiante”, em meados dos anos cinquenta daquele século). Em 1978 Deng Xiaoping na liderança colocou em prática um plano trazendo quatro frentes principais: no campo da agricultura, da indústria, a importante e estratégica área da defesa nacional e ciência e tecnologia. Os pilares desta política de planificação foram a descentralização das prioridades, a mudança na propriedade e o crescimento sustentado pelas exportações.

Foi a partir da implementação dessas mudanças, conhecidas como as “Quatro Modernizações”, que a China começou a apresentar um processo de industrialização rural

⁷ A República Popular da China foi fundada em 01 de outubro de 1949.

culminando numa crescente urbanização do território. Cabe ressaltar que atualmente o país possui cerca de 47% de território em área rural.⁸

As diferentes áreas da educação aliaram o conhecimento à tecnologia, fazendo surgir importantes e estratégicos Parques de Inovação Tecnológica, Parques Industriais e Centros de Especialização. Podemos dizer que o Estado, ali gera uma sinergia entre universidade e a empresa de responsabilidade social que passou a existir após as reformas ocorridas no campo e no tipo de propriedade rural. Isso nos mostra a importância da empresa rural naquele país, a qual a partir da urbanização do campo teve como objetivo principal elevar o valor da produção agrícola, elevando a renda desses trabalhadores ao mesmo tempo em que a diversificava. Foi necessário educar essa população camponesa, sobretudo, pela real necessidade de superespecialização em áreas específicas (RODRÍGUEZ, 2007).

No campo da indústria iniciou-se a criação de centros especializados ou centros de desenvolvimento locais e regionais, resultando nas chamadas Zonas Econômicas Especiais (ZEE). Como bem definiu Arrighi (2008), uma ZEE é uma região geográfica cujas leis econômicas são mais liberais em relação às leis econômicas aplicadas de maneira geral no país em que se encontra. São áreas que possuem políticas especiais e medidas mais flexíveis, o que permite atuar em um sistema de administração econômica particular com grandes incentivos fiscais, com maior independência das atividades de comércio internacional nas que regem princípios econômicos que buscam atrair e manejar o capital estrangeiro, com sua produção voltada ao exterior, deixando que as leis de mercado existam facilmente.

As reformas iniciadas por Deng Xiaoping resultaram em um incremento do produto e também em uma mudança de sua composição, já que paulatinamente a economia chinesa foi deixando de ser essencialmente primária passando a uma economia secundária com vias a terceirizar-se (ROSALES, 2007). Sendo um processo que implica um aumento na demanda e consumo de insumos necessários à produção industrial, como o ferro, aço, derivados do aço, cimento etc. Os resultados em termos puramente econômicos, de maneira geral, são positivos e discutivelmente espantosos, pois ao mesmo tempo em que a China engatou um crescimento e desenvolvimento de determinadas áreas estrategicamente importantes, como visto através das

⁸ Estatísticas oficiais do governo chinês apontam que o país possui aproximadamente 1.35 bilhões de habitantes. Os dados podem variar conforme a fonte consultada. Nossas estimativas estão de acordo com informações do National Bureau of Statistics of China
http://www.stats.gov.cn/was40/gjtjj_en_detail.jsp?searchword=population&channelid=9528&record=9

ZEE, existe também, um processo de constante transformação territorial e ambiental dentro com impactos fora do país que precisam ser considerados. Trata-se de uma expansão de determinadas áreas com anulação de outras, como é o caso da crescente migração populacional para a região sudeste da China que acaba gerando inchaço nas grandes cidades em detrimento do esvaziamento de outras regiões, estas últimas caracterizadas pela intensa atividade agrícola.

Atualmente em termos de políticas o que se tem buscado na China são melhores condições de vida para a população que vive nas áreas rurais. O grande desafio é encontrar o caminho para intensificar a produtividade em áreas que estão sendo anuladas ou canceladas como é o caso do oeste, cabe ressaltar que na visão chinesa a saída está no surgimento e desenvolvimento de maiores tecnologias (ROSALES, 2007; BRUSSI, 2008).

Após mais de uma década de negociações a China tornou-se o membro número 143 da Organização Mundial do Comércio (OMC). Como resultado da entrada do país asiático na OMC, parte de seus sócios comerciais teve como metas e obrigações a eliminação da maior parte de restrições quantitativas relacionadas a certos grupos de produtos, por exemplo a cadeia dos têxteis e produtos de vestuário (GITLI e ARCE, 2001).

A China já firmou onze acordos comerciais de diferentes alcances e graus de profundidade que variam conforme a região indo por agora desde o Pacífico Asiático até América Latina. Nesta última, o país asiático possui acordos com Chile, vigente desde 2006, com Peru⁹ desde 2010 e com Costa Rica desde 2011. Cabe ressaltar que estes acordos podem ser catalogados como Tratados de Livre Comércio, pois cerca de 90% dos produtos transacionados tiveram redução tarifária. (ROSALES, 2007; CEPAL, 2012) Chile foi o primeiro a firmar um acordo com o país asiático uma vez que aquele se apresenta como um dos principais produtores de cobre e a China como um gigante consumidor o que pode demonstrar uma forte inclinação ao surgimento de acordos desta natureza.

2.3 O papel das Zonas Econômicas Especiais

O período compreendido entre os anos 1950-1978 correspondeu ao processo de pré-reforma na economia chinesa. Ao final dos anos 1970 após o fracasso de uma década de

⁹ Trata-se do primeiro acordo comercial amplo que China firmou com um país latinoamericano, incluem-se provisões sobre comércio de bens, serviços e investimentos. Os principais produtos que o Peru exporta para a China são: cobre, chumbo, zinco, ferro e produtos de pesca (Rosales, 2007) .

Revolução Cultural, que havia deixado profundas marcas na sociedade chinesa, era imediata a necessidade de mudança na maneira de governar o país. Os primeiros impulsos foram dados ainda em 1978 e as províncias de Guangdong e Fujian foram responsáveis pelo pioneirismo rumo à abertura ao exterior (ZENG, 2010). Naquelas províncias foram implementadas políticas e medidas especiais e flexíveis, tendo como objetivo central gozar de um ambiente que facilitasse o desenvolvimento econômico, os investimentos, o estabelecimento de privilégios econômicos e financeiros.

Na década de 1980, as cidades de Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Guangdong foram designadas Zonas Econômicas Especiais (ZEE), seguidas pelas cidades de Xiamen, localizada na província de Fujian. A localização das ZEE é de extrema importância, pois estão em zonas costeiras de Guangdong e Fujian que são regiões com longo histórico de contato com o exterior, ademais de estarem nas proximidades de Hong Kong, Macau e Taiwan. De acordo com Zeng(2010), algumas características específicas que definem uma ZEE são: a) zona geograficamente delimitada, protegida fisicamente; b) possui administração única; c) oferta de benefícios baseada na localização física; d) possui um território aduaneiro com fortes isenções de impostos e mais simplificado. Dentre os principais benefícios que explicam a popularidade das ZEE podemos citar a oferta de empregos e a geração de divisas; nestes amplos territórios estão zonas de processamento de exportação, parques industriais e zonas de livre comércio.

Durante o período de estabelecimento das ZEE a China passava pelo processo de reabertura ao exterior, e não é de se estranhar que estas regiões teriam impactos das externalidades geradas com a maior entrada de investimentos e de capital externos. Nesse sentido, nos anos 1981 as quatro ZEE juntas (Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Guangdong) representavam cerca de 59,8% do total de IED, sendo que Shenzhen teve papel crucial, pois sozinha respondia por 50,6% do total de IED que ingressava na China. Para termos de comparação, temos que em 1984 estas mesmas responderam por 26% do total de investimento em sua forma direta (ZENG, 2010).

De maneira geral podemos dizer que a combinação de políticas econômicas favoráveis à uma mistura certa de fatores de produção, foi a receita que propiciou o crescimento sustentado por taxas elevadas da economia chinesa. Mostrou Zhihua (2010) que enquanto o país crescia a taxas de 10% (1980 – 1984), Shenzhen apresentava crescimento anual de 58%, Zhuhai (32%), Xiamen (13%) e Shantou (9%).

Tendo o gradualismo como característica latente, o processo que levou o estabelecimento das ZEE não foi diferente, como estas regiões foram apresentando desempenhos favoráveis o governo chinês passou a implementar uma variação da ZEE, conhecida como *Economic and Technological Development Zones* (ETDZs), informalmente chamados de Parques Industriais Nacionais da China. O que diferencia esta última de uma ZEE é o fator escala, pois uma ZEE geralmente consiste em uma área muito maior, podendo compreender uma província ou cidade inteira.

Entre os anos de 1984 e 1988 foram estabelecidas 14 ETDZs em três cidades costeiras e nos entornos do Delta do Rio Pérola, Rio Yangtzé e Fujian¹⁰. Hainan foi a quinta ZEE a surgir em meados de 1988, Shanghai em 1989 e Tianjin em 2006. Com o objetivo de estender as ETDZs das regiões costeiras para o interior do país e reduzir a concentração em indústrias de base e ao mesmo tempo aumentar a concentração em indústrias de tecnologia intensiva, em meados de 1992 foram estabelecidas 35 ETDZs.

Os dados para o ano de 2010 apontam para a existência de 69 ETDZs estaduais, sendo que 18 delas estão situadas no Delta do Rio Yangtzé, 10 no Delta do Rio Pérola, 15 na região central, 11 na baía de Bohai, 2 na região nordeste e 13 delas à oeste do país. Para facilitar o entendimento e por questões metodológicas, disponibilizamos em Anexo B um mapa ilustrando a localização geográfica de cada uma destas ETDZ citadas, o qual mostra que as regiões costeiras são mais concentradas em detrimento do interior.

Ademais as ETDZs, existem na China outros tipos de zonas especiais, cada uma com suas especificidades, das quais podemos citar as Zonas de Desenvolvimento de Alta Tecnologia Industrial (HIDZ), Zonas de livre Comércio (FTZs) e as Zonas Francas Industriais (EPZs).

A criação das ZEE gerou uma quantidade imensa de impactos ambientais negativos naquele país; os efeitos positivos de algumas regiões favorecem o desenvolvimento regional, as relações comerciais e o processo de abertura econômica.

¹⁰ O rio Yangtzé com aproximadamente 6300km de comprimento é o maior rio da China. Em seu curso passa por território montanhoso e profundos vales, é conhecido como a “via fluvial do ouro”, exerce papel de uma artéria de transporte entre o leste e o oeste (Carles, 1898). Em termos de comparação, o Rio Amazonas, possui um comprimento estimado de 6992km (INPE).

2.4 Consenso de Washington X Consenso de Pequim: fatos e ideias

As diferentes vias de desenvolvimento seguidas pelos países que são objeto deste trabalho, Brasil e China, expressam, ainda que superficialmente, que aqueles países que caminharam com as próprias pernas puderam lograr melhores resultados. É dizer que o Consenso de Washington utilizado para apontar as recomendações políticas básicas feitas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial para América Latina, representou uma visão fortemente relacionada com as reformas liberais, e foi este o caminho seguido pelo Brasil.

As recomendações do Consenso de Washington referem-se às medidas de controle da inflação, liberalização comercial, abertura da economia e mercado ao exterior, disciplina fiscal, políticas de privatização e desregulação financeira. Traduzindo-se em uma prudência macroeconômica, liberalização no âmbito micro e orientação ao exterior (RODRIK, 2002; WILLIAMSON, 1992).

Assim como o Consenso de Washington contém muitas ideias que são estritamente políticas, referentes à qualidade de vida e equilíbrio do poder global, alguns autores trabalham com a ideia da existência de um Consenso de Pequim. O termo Consenso de Pequim foi proposto por Joshua Cooper, como maneira de propor diferentes saídas ou caminhos para os demais países em via de desenvolvimento mas não somente para se desenvolverem senão para integrarem a ordem internacional permitindo que suas decisões e escolhas políticas sejam respeitadas e postas em prática.

Alguns analistas da economia chinesa (Fanjúl, 2009; Cooper, 2004) discutem que os possíveis componentes ou recomendações do Consenso de Pequim teriam como elementos fundamentais o Capitalismo de Estado¹¹, o gradualismo nas reformas políticas, um modelo de desenvolvimento aberto para o exterior, no sentido de atrair capital estrangeiro e elevar os fluxos comerciais, capacidade de flexibilização e adaptação.

¹¹ Aqui utilizamos o termo “capitalismo de Estado” para referirmo-nos a um sistema econômico em que o Estado tem presença decisiva, tanto através da existência de empresas públicas e privadas, como devido a uma forte vinculação com o poder político, sendo que este último não apenas recebe um papel de supervisionar, subsidiar o papel central destinado ao Estado, mas também estabelece metas e objetivos.

3. Relações Brasil-China

Partimos da perspectiva de que houve uma elevação no fluxo comercial entre a região sulamericana e a região asiática, sobretudo, entre Brasil e China. Desse modo, configurando-se como potenciais parceiros comerciais nesse começo de século, é necessário que haja um afinamento de interesses, estratégias e desafios, para que seja possível seguir caminhos, embora distintos, que se cruzem no intuito de gerarem resultados positivos para ambos os países.

De acordo com estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL (2010), para um período de trinta anos (1979-2009), nota-se que a partir da primeira década dos anos 90, o setor secundário da economia chinesa deu um salto e passou a crescer acima dos demais e manteve-se superior mesmo em níveis do que alcançara antes, o que mostra que esse processo de crescimento da economia chinesa tem sido impulsionado pela indústria manufatureira. Cabe ressaltar que é no setor secundário que a matéria-prima é transformada em manufatura, ou seja, é aqui que se agrega valor à mercadoria.

A compreensão do cenário atual deve considerar os diferentes percursos e caminhos seguidos pelas duas economias. Cabe aos estudiosos desta temática, considerarem os acontecimentos históricos, para enxergar um horizonte de possibilidades à sua frente.

3.1 Fundamentos teóricos como ponto de partida

O perfil das relações existentes entre China e América do Sul ao longo dos anos 90 revelou um padrão de especialização que apresentou algumas mudanças. As exportações realizadas pelos países sulamericanos durante o período 2009 a 2009 concentravam-se, principalmente, em uma cesta de produtos da indústria leve de bens de consumo, ou seja, estes países exportavam, sobretudo produtos básicos com baixo valor agregado, enquanto a China concentrava suas exportações em bens manufaturados com algum grau tecnológico.

Se por um lado a economia chinesa aponta para o desenvolvimento de setores com algum teor tecnológico, o Brasil e a América do Sul como um todo, segundo mostram alguns estudos recentes (CEPAL, 2008; CEPAL, 2010), ainda apresentam-se como exportadores de produtos primários. A análise abarca um período de 2000 a 2009, o qual aponta para uma composição da pauta exportadora cada vez mais homogênea, ou seja, uma persistência em níveis elevados de produtos primários e recursos naturais.

Como apontado por um estudo “O deslocamento das exportações brasileiras pela China” recentemente divulgado pela revista *Conjuntura Econômica*, a grande dificuldade de um país especializar-se na exportação de produtos primários é a forte dependência que aquele desenvolve em relação a demanda do setor externo. De acordo com o estudo, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) apontava a necessidade de fortalecer o processo de promoção de exportações e diversificação de mercados. Para o MDIC um exemplo era a China que criou seu crescimento num modelo baseado em exportações há duas décadas. Apontando também a necessidade de uma busca da modernização do comércio externo brasileiro (CONJUNTURA ECONÔMICA, 2009, p. 39).

Sobre este comportamento da corrente comercial entre os países, nas palavras de Tavares (2007):

“Optar por uma especialização em commodities é ruim por dois motivos principais; primeiro porque ainda não é sabido quanto tempo dura um ciclo de commodities e segundo porque, com exceção dos minerais que usam alta tecnologia e são intensivas em capital, as outras são intensivas em terra e mão-de-obra não muito qualificada. Então pioram a distribuição de renda e usam as terras de maneira devastadora.” (TAVARES, 2007, p.10)

Esse é um fenômeno presente na economia latino americana, cujas primeiras idéias foram elaboradas por Raúl Prebisch em seu artigo de 1949, intitulado “O Desenvolvimento da América Latina e seus principais problemas” que apontou as grandes dificuldades pelas quais a região passava e seus dilemas frente ao processo de industrialização. Dentre as principais barreiras para o desenvolvimento, Prebisch apontou algumas causas conjunturais e estruturais. Como causas estruturais um cenário no qual os países desenvolvidos (o qual denominou países do centro) possuíam o domínio das inovações tecnológicas, auferindo, assim, ganhos de produtividade, constituindo em última instância uma estrutura produtiva homogênea, aquela na qual a produtividade dos diversos setores da economia não diverge da produtividade da economia como um todo. Por outro lado, apontava os países em desenvolvimento (países periféricos) como os que carregavam as marcas de uma estrutura produtiva heterogênea, característica de uma economia dual, ou seja, aquela que privilegiava o setor industrial em detrimento de avanços no setor primário (agrícola).

O método histórico-estruturalista proposto e utilizado pelo pensamento cepalino, desde as pioneiras contribuições de Prebisch (1949), traz a idéia central de que o contexto internacional afeta o ritmo do desenvolvimento interno de um país e também procura identificar as principais

deficiências e fragilidades da economia. Seguindo essa linha de pensamento e utilizando-nos de estudos recentes realizados e publicados pela CEPAL, será possível nas próximas páginas explorar algumas das principais mudanças ocorridas na economia brasileira e sua relação para com as demais economias em desenvolvimento, como é o caso da chinesa.

Caminhando mais adiante, podemos adentrar a uma visão um pouco mais otimista acerca dos impactos da crise de 2008 levantada pelo Banco Mundial, através da divulgação do livro *“The Day After Tomorrow: A Handbook on the Future Economic Policy in the Developing World”* (2010) cujo estudo foi elaborado pelo Vice-presidente do banco Mundial para redução da pobreza e Gestão Econômica, Otaviano Canuto e por Marcelo Giugale Vice-Diretor do Banco Mundial para a redução da pobreza e Gestão Econômica na América Latina e o Caribe. Tal estudo mostra que as economias em desenvolvimento foram responsáveis pela manutenção da dinâmica da economia mundial como um todo no período pós-crise de 2008, já que se tratou de um período no qual a influência dos países desenvolvidos desacelerou devido aos acontecimentos já explicados.

O importante é o fato destacado pelo livro quando mostra que o crescimento dos países em desenvolvimento deve atingir 5,9% em 2011 e 6,1% em 2012, enquanto os números correspondentes para os países de alta renda são 2,4% e 2,6% nos anos respectivos. E ressaltam que essas perspectivas divergentes de crescimento continuam para o médio prazo. Segundo o Banco Mundial, cinco fatores são responsáveis por esse processo de alavancagem das economias em desenvolvimento e são eles: uma aprendizagem tecnológica mais rápida; constituição de maiores classes médias; uma maior integração comercial Sul-Sul; preços mais altos das commodities¹²; e balancetes mais saudáveis que permitirão o financiamento de investimentos em infraestrutura. O estudo defende as idéias que vão ao encontro da tese do descolamento, a qual mostra que “os países em desenvolvimento estão resgatando a economia mundial” (Canuto e Giugale, 2010).

A partir da análise do quadro atual das relações de comércio exterior envolvendo a economia brasileira podemos ter acesso a algumas informações relevantes que em última instância nos levarão ao início de um processo de compreensão não somente das formas de atuação do país, mas, sobretudo, a seus principais obstáculos e desafios.

¹² Segundo essa perspectiva, o preço das commodities estabilizar-se-á até 2015 num patamar elevado em relação aos níveis atuais.

Como mostra o estudo proposto pela CEPAL (“La Republica Popular de China y América Latina y El caribe: hacia una relación estratégica”, 2010), dos países da América Latina, o Brasil é o que mais se destaca e adquire cada vez mais importância nas importações vindas do Pacífico Asiático, em especial da China. Até 2001, os principais importadores de produtos chineses na região latino americana eram Brasil, Chile, México, Perú e Argentina, juntos concentravam cerca de 85% do valor total das exportações vindas da China para a América Latina como um todo.

Ao concentramo-nos na análise dos fluxos comerciais entre diferentes países o horizonte ao qual deparamo-nos não se fecha apenas para os dados estatísticos sobre exportação e importação, ou seja, não limita-se apenas ao estudo e compreensão do quanto os países comercializaram em termos de bens e serviços. A grande maioria das teorias de comércio internacional pautadas no modelo ricardiano, a qual enfatizava as chamadas vantagens comparativas¹³, no modelo de Heckscher-Ohlin (modelo HO)¹⁴ no qual a especialização de uma economia dar-se-á a partir da dotação de fatores iniciais (capital, terra, trabalho) que a mesma possui.

Como discutido por Krugman (1999) e Salvatore (2000) se a mão-de-obra fosse o único fator de produção, tal como o modelo ricardiano considera, certamente as vantagens comparativas poderiam surgir apenas pelo fato de existirem diferenças internacionais da produtividade da mão-de-obra. Porém, na economia real embora as trocas sejam parcialmente explicadas por diferenças na produtividade da mão-de-obra, elas também refletem diferenças entre os recursos dos países. É nesse sentido que o modelo HO tem como hipótese central o fato dos recursos serem a única fonte de comércio entre dois diferentes países ou nações. O modelo mostra que as vantagens comparativas são influenciadas pela interação entre os recursos da nação (a abundância relativa dos fatores de produção) e a tecnologia da produção que influencia a intensidade relativa com a qual fatores utilizados na produção, mas que são distintos sejam alocados na produção de bens também diferentes.

¹³ Diz-se que um país tem vantagem comparativa (ou vantagem relativa) na produção de determinado bem se for relativamente mais eficiente na produção desse mesmo bem. Segundo a Lei da Vantagem Comparativa, desenvolvida por David Ricardo e explicada na sua obra *The Principles of Political Economy and Taxation* (onde utiliza um exemplo prático envolvendo Portugal e Inglaterra), todos os países se beneficiam do comércio internacional mesmo que sejam absolutamente menos eficientes na produção de todos os bens. Basta que para isso se especializem na produção dos bens em que são relativamente mais eficientes, os seja, aqueles em que apresentam vantagens comparativas, importando, então, aqueles em que são relativamente menos eficientes (KRUGMAN, 1999).

¹⁴ Para ver mais sobre o modelo de Heckscher-Ohlin (modelo HO) ver Krugman (1999, p.68-79).

Em síntese, o modelo HO baseia-se na premissa de que o comércio internacional é conduzido basicamente por diferenças entre os recursos dos países, ou seja, se um país fosse trabalho-intensivo (possui mão de obra relativamente superior à quantidade de capital) se especializará na produção de bens que sejam trabalho-intensivo, e então se esse mesmo país fosse capital-intensivo (possuir relativamente mais capital do que trabalho), terá sua produção voltada para bens que necessitam de mais capital para serem produzidos, por exemplo. É de concluir-se que tais modelos captam informações e características de eventos estáticos e que quando inseridos na atividade dinâmica da economia mundial, necessitam de outros aparatos capazes de levar a aproximações da realidade. Em sua grande maioria, os modelos econômicos, e em particular, os modelos teóricos de comércio internacional, possuem hipóteses simplificadoras que se analisadas de forma mais concisa podem levar à visões distorcidas e até mesmo falhas da economia real. Apresentaremos a seguir, argumentos que servirão para evidenciar a importância do Investimento Direto Externo (IDE) na determinação dos níveis de comércio existentes entre os países e também a natureza daqueles, com a proposta de irmos além das colocações feitas através do estudo daqueles modelos de economia internacional com ênfase em comércio. Tentaremos buscar outros determinantes do comércio entre os países.

3.2 O IDE e sua importância para o comércio entre os países

De acordo com Chesnais (1996) o papel cumprido pelos investimentos estrangeiros, desde o fim do século XIX, na determinação das especializações dos vários países ou regiões do mundo sempre foi desprezado ou na maioria das vezes fortemente subestimado.

Em concordância com Chesnais (1996), podemos destacar que:

“O lugar atualmente ocupado por muitos ‘países em desenvolvimento’ no sistema mundial de intercâmbio não é o resultado de uma dotação fatorial natural, que de alguma maneira tenha caído do céu. Em grande número de casos, sua situação de produtor e exportador de uma ou duas matérias-primas básicas, de mineração ou agricultura, frequentemente com demanda cada vez menor pelos países industrializados, é resultado de antigos investimentos diretos, feitos a partir dos anos 1880 por administrações ou empresas estrangeiras. Eram geralmente as do país colonizador ou, quando se tratava de relações semicoloniais, da potência tutelar na ‘zona de influência’ em objeto (...) Por exemplo, nos Estados Unidos, o volume dos investimentos estrangeiros alcançara 7,3% em 1914, nível que voltou a atingir em 1966. A maior parte desses investimentos visava matérias-primas básicas, então indispensáveis para o florescimento da indústria americana” (CHESNAIS, 1996, p.47).

O crescimento do IDE adquiriu grande magnitude já na década de 1980, período no qual a importância do investimento na constituição das interdependências entre países tornou-se ou pareceu tornar-se perceptível até nas estatísticas que eram utilizadas como base (CHESNAIS, 1996). Por tal razão, o papel do IDE começou a se impor na atenção de economistas que haviam preferido ignorar sua existência anteriormente. Como aponta Chesnais (1996, p. 54) “os dados sobre o IDE são de qualidade muito inferior à das estatísticas de comércio exterior (...) só permitem captar, por assim dizer, a ‘ponta do iceberg’”.

O papel desempenhado pelo investimento externo mostra-se ainda mais significativo quando se consideram as dimensões qualitativas do IDE, bem como seus traços característicos, em comparação aos do comércio. Como mostrou Chesnais (1996), Bourguinat deu muita atenção ao explicar que o investimento externo direto tem uma natureza totalmente específica, em relação ao simples intercâmbio de bens e serviços.

Bourguinat na perspectiva de Chesnais (1996), mostra que existem pelo menos quatro características assumidas pelo IDE; de acordo com suas idéias podemos compreender que:

“Em primeiro lugar, diferentemente do comércio exterior, o IDE não tem um natureza de *liquidez* imediata (pagamento à vista) ou diferida (crédito comercial). Não se reduz a uma transação pontual. Pelo contrário, sua segunda característica é introduzir uma dimensão intertemporal de grande importância, pois a decisão de implantação dá origem a fluxos (produção, comércio, repatriação de lucros) que se estendem, necessariamente, por vários longos períodos. A terceira particularidade é implicar transferências de direitos patrimoniais e, portanto, de poder econômico, sem medida comum à simples exportação. Por último e talvez mais importante, existe um componente estratégico evidente na decisão de investimento da firma. Não somente seu horizonte é sensivelmente mais amplo, como também as motivações subjacentes são muito mais ricas”.(H. Bourguinat, 1992, p.115 apud Chesnais, 1996).

Fica evidente que ao analisarmos o comportamento do IDE para os diferentes países encontraremos diferenças qualitativas de grande relevância. Um dos pontos que merece destaque de acordo com Castro (2001) é justamente o tipo de investimento que adentrou à América Latina, especialmente ao Brasil, e a natureza dos investimentos que rumaram para a região do Pacífico Asiático. As empresas multinacionais que vieram para o Brasil naquele período investiam em empresas já existentes no país, logo, o IDE dava-se através das chamadas Fusões e Aquisições¹⁵,

¹⁵ De acordo com Penrose (1959), o termo “fusão” é usado para designar qualquer método de combinação entre firmas existentes, seja por meio da aquisição de uma pela outra, seja pela combinação de duas em termos iguais ou

o que fazia com que a capacidade produtiva do país permanecesse em seu nível anterior. Por outro lado, na região asiática os investimentos davam-se com base nas chamadas *joint-ventures*¹⁶, ou seja, uma multinacional que desejasse investir naqueles países necessariamente deveria efetuar uma *joint* com uma empresa local, o que já mostra uma diferença qualitativa quanto aos tipos de IDE.

É justamente esse fenômeno que ocorreu na China da década de noventa, a partir da implementação das políticas de transferência tecnológica que determinava que uma multinacional efetua-se uma *joint* com uma indústria chinesa em pelo menos 50%. Com essas considerações feitas sobre os diferentes tipos de IDE ocorridos no caso brasileiro e chinês, podemos compreender as prioridades que foram dadas pelos diferentes governos desses dois países.

É de se pensar que os resultados auferidos pela economia chinesa em níveis de crescimento não somente em termos do produto do país (PIB), mas também ao que se refere a uma maior aprendizagem tecnológica sejam frutos de um grande objetivo maior do governo daquele país; o que num período de tempo maior pode levar a elevações na produtividade da indústria, e em última instância, resultar em custos de produção cada vez menores que sustentaria uma competitividade internacional mais elevada.

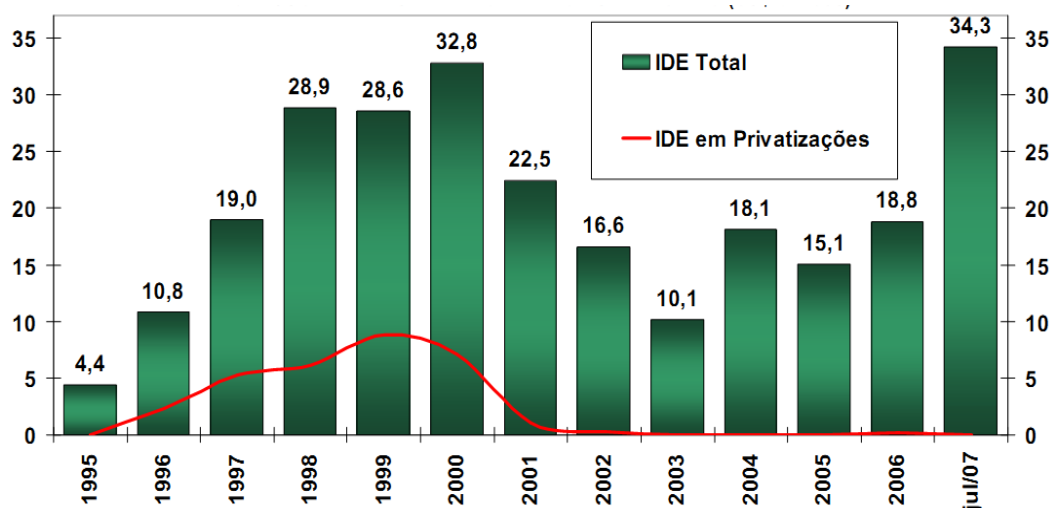
Vários países (Argentina, Brasil, Chile, México e Peru) passaram a ter níveis maiores de IDE a partir da década de noventa. Gostaríamos de salientar que trataremos mais especifica e profundamente do caso brasileiro, o qual passou por vários processos com inúmeras tentativas de estabilização (planos de estabilização), e alcançou finalmente estabilidade macroeconômica.

De acordo com estudo realizado pela Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (SOBEET), podemos perceber que o ingresso de IDE no Brasil durante o ano de 2007 dava sinais de expansão “tratando-se do maior montante já observado em toda a série histórica do Banco Central, iniciada no ano de 1947” (SOBEET, 2007, p.2). Para aquele ano os níveis de IDE alcançaram o montante de US\$ 34,3 bilhões. O gráfico a seguir ilustra de forma muito clara o movimento de IDE para a economia brasileira.

seja através da reorganização de todo um ramo de atividades mediante a consolidação das firmas que o integram. A fusão como método de expansão de uma firma individual é apenas um desse primeiro tipo citado e, quando for útil identificá-la de forma mais específica pode ser chamada de “aquisição” (PENROSE, 1959, p. 238).

¹⁶ Uma *Joint Venture* na perspectiva de Miranda e Maluf pode ser entendida como um contrato de colaboração empresarial. A característica essencial do contrato *joint venture* é a realização de um projeto comum, ou seja, quando duas empresas se associam criando ou não uma nova empresa para realizar uma atividade econômica produtiva ou de serviços com fins lucrativos. Em suma, uma *joint* pode ser criada para desenvolver uma série de atividades como projetos industriais, execução de obras, pesquisas e desenvolvimentos, atividades financeiras, prestação de serviços, etc. (MIRANDA e MALUF, 2010?, p. 1-2).

Gráfico 1. Ingresso de IDE no Brasil para o período de 1995-2007 (fluxo em bilhões de dólares)



Fonte: SOBEET (2007), elaboração com base de dados do Banco Central do Brasil.

Segundo o relatório elaborado pela SOBEET (2007), o montante de investimento externo logrado pela economia brasileira para o ano de 2007 superou os números elevados referentes aos anos 2000 e ocorreu mesmo sem a presença de ingressos de IDE em operações de privatização para aquele ano, pois quando em 2000 os fluxos de IDE atingiram a casa dos US\$ 32,8 bilhões, somente os ingressos de IDE para operações de privatização contribuíram com cerca de US\$ 7,1 bilhões, ou o equivalente a aproximados 22% do montante total do IDE recebido. A partir dessa análise foi possível compreender a importância do investimento externo para a determinação do comércio entre os países. Nas próximas seções discutiremos de maneira mais detalhada as relações comerciais entre Brasil e China.

3.3 A entrada da China a OMC: o que mudou?

A China foi um dos 23 países que originalmente ratificaram o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) em 1948, no ano seguinte o governo anunciou que o país deixaria de fazer parte como membro; somente após 1986 China notificou seu interesse em recuperar seu status de parte contratante (GITLI e ARCE, 2001).

Durante o período de abertura econômica iniciado em 1978 a China passou por forte descentralização, elevação de suas relações com o exterior, redução de barreiras tarifárias,

unificação do tipo de câmbio, e no ano de 1996 eliminou o controle cambiário sobre as transações correntes. Os governantes chineses acreditaram que seriam necessários impulsos externos para superar os obstáculos internos, neste sentido as reformas internas foram promovidas para proteger os interesses comerciais, capazes de manterem o acelerado ritmo de crescimento.

A China tem firmado muitos compromissos desde aquele período de negociações para sua entrada a OMC. O setor agrícola passaria por redução tarifária de 31,5% a 17,4%, eliminação de subsídios às exportações e incremento do volume do contingente tarifário da maioria das importações; para produtos como os cereais teriam suas tarifas reduzidas de 80% para 65%, um nível que apesar de parecer alto, é moderado em comparação aos níveis vigentes na União Européia e em algumas economias asiáticas. A eliminação de restrições quantitativas na indústria, assim como redução de tarifas médias de 24,6% para 9,4% implementadas ainda em 2005, mesmo ano em que o país assinou o Acordo sobre Tecnologia da Informação, o qual significa a eliminação de tarifas sobre equipamentos de telecomunicações, semicondutores, computadores e equipamentos de informática e outros produtos relacionados com a tecnologia da informação (ADHIKARI e YANG, 2002).

Além do acesso aos mercados, incremento das relações com os países ocidentais, a China estaria em busca de maior transparência para os regimes de comércio e investimento que o país realiza. Após a entrada da China na OMC em 2001, os Estados Unidos outorgaram a cláusula de Nação mais Favorecida (NMF), eliminando um enorme fator de incerteza. Pode-se dizer que a economia chinesa pode amparar-se pelo mecanismo de disputas da OMC para proteger seus interesses comerciais e antecipar em negociações multilaterais sobre normas comerciais.

A crescente abertura chinesa encerra muitas promessas não apenas para os países desenvolvidos senão para o mundo em desenvolvimento. O fortalecimento dos laços comerciais e os maiores níveis de investimento proporcionarão estabilidade aos países da região, e também a China poderá exercer maior influência sobre o sistema comercial multilateral (ADHIKARI e YANG, 2002).

3.4 Comércio Brasil e China: a natureza das relações

Analisaremos de forma mais concisa a natureza das relações comerciais entre Brasil e China. A partir da coleta e sistematização de dados quantitativos retirados de fontes secundárias, elaboramos tabelas comparativas referentes ao período de estudo proposto (2000-2009).

Primeiramente, apresentaremos os dados da pauta exportadora brasileira com a China referente ao período de 2000 a 2009 evidenciando os principais produtos comercializados entre esses países e também as variações relativas na participação de cada produto que ocorreram ano a ano. Posteriormente serão apresentados os dados das importações vindas da China para o Brasil e da mesma forma analisaremos as possíveis mudanças ocorridas.

Por questões metodológicas o estudo foi desenvolvido com base nos dez principais produtos que compuseram a corrente comercial brasileira tanto do lado das exportações quanto pelas importações durante o período selecionado.

Iniciaremos com a introdução e análise da tabela a seguir, a qual nos apresenta os principais produtos da pauta exportadora brasileira para a China no período inicial de 2000 a 2001. A partir da análise da tabela 1 (Anexo C) podemos perceber que durante o ano de 2000, a soja e outros grãos de soja mesmo triturados respondiam por mais de 30% da pauta exportadora para a economia chinesa, seguidos pelas exportações de minérios de ferro não aglomerados e aglomerados e seus concentrados, os quais equivaleram a 16,22% e 8,77% respectivamente. Juntos, esses três produtos representaram 56,08% das exportações totais no período. Os demais produtos, ou seja, os sete restantes que pertenciam ao quadro dos principais exportados somavam juntos cerca de 16%. Essa análise inicial nos mostra o grande peso de alguns determinados setores nas relações comerciais envolvendo Brasil e China, como é o caso dos minérios de ferro que são utilizados normalmente de duas formas (BALANÇO MINERAL BRASILEIRO, 2001): minério granulado e minério aglomerado, sendo o primeiro tipo é adicionado diretamente nos fornos de redução para serem transformados, já o segundo tipo são os chamados minérios finos, e que necessitam de uniformização para utilização posterior.

O ano de 2001 mostrou uma variação positiva em relação às exportações de minérios, as quais atingiram a casa dos 25%; ainda assim, a soja e outros grãos representaram 28% do total, o que nos leva a compreensão de que no caso do Brasil poucos produtos pesavam muito na pauta exportadora e esses pertencem ao setor primário. A tabela também nos mostra os percentuais de variação relativa para todos os dez principais produtos, o cálculo efetuado seguiu uma lógica de comparação entre os números auferidos no ano $(t+1)/t$. Nosso objetivo é mostrar que de 2000 a 2001 para o caso dos grãos de soja, por exemplo, mesmo tendo havido uma elevação de aproximados 59% em termos totais de um ano para o outro na participação relativa, quando

analisamos a participação percentual deste produto na composição da pauta exportadora nos deparamos com uma queda.

Prosseguindo com a análise da pauta exportadora brasileira, para o período 2002-2003 é perceptível a permanência de poucos produtos responsáveis por mais da metade das exportações. Em termos de participação, em 2002 a soja e outros grãos mesmo triturados responderam por quase 33% do total, dado que quando comparado com o ano anterior (t-1) não sofreu grande mudança, o mesmo movimento ocorreu no ano de 2003. No entanto, cabe destacar da tabela 3, que nesse período as exportações de grãos ultrapassaram os US\$ 825 milhões no ano de 2002 e US\$ 1,3 bilhões em 2003, valor que correspondeu no ano de 2001 à soma do montante dos dez principais produtos (SECEX). É interessante apontar que alguns produtos ganharam participação, como é o caso da pasta química de madeira, do óleo de soja em bruto e degomado e alguns produtos semimanufaturados.

Quando analisamos os principais produtos durante o período 2004-2005 (tabela 3 – Anexo C), podemos perceber a presença de alguns produtos destinados para a alimentação como é o caso de algumas partes de aves congeladas, representando pouco mais de 1% do total. Outro destaque é a variação negativa que sofreu o óleo de soja em bruto, o qual atingiu 7,7% em 2004 e 4,11% em 2005.

A tabela 4 do Anexo C nos mostra a forte participação dos minérios e da soja, que alcançaram sozinhos mais de 50% do total, tanto em 2006 quanto em 2007. O ferronióbio¹⁷ (cuja principal aplicação se dá nos chamados aços de baixa liga e alta resistência, utilizados em tubulações de grandes diâmetros, comumente usados na construção civil, em obras de grande porte e na indústria automobilística) teve pequena participação logrando menos de 2% do total. Também para o período de 2008-2009 (tabela 5 – Anexo C), observamos a concentração de alguns poucos produtos¹⁸ representando, agora, mais de 60% do total exportado para a economia chinesa.

¹⁷ Até o final da década de 1950, o nióbio era obtido como um subproduto do tratamento das colombitas e tentalitas, minerais pouco abundantes, o que implicava em um elevado preço e uso restrito na produção de um tipo especial de aço inoxidável e algumas superligas. Com as descobertas de significativas reservas de pirocloro, com destaque para a região de Araxá (MG) e diante da viabilidade técnica do seu aproveitamento no início da década de 1960, ocorreu uma transformação radical na oferta, preços e disponibilidade deste produto nos mercados (Balanço Mineral Brasileiro, 2001)

¹⁸ Minérios de ferro, grãos de soja, óleos brutos de petróleo.

A partir da contemplação dos dados contidos nas tabelas (1, 2, 3, 4, 5), uma informação importante que pode ser destacada é a participação de poucos produtos responsáveis pela composição de mais da metade das exportações brasileira para a China, sendo esse comportamento condizente com todo o período de análise.

Até agora analisamos o quadro real dos principais produtos de exportação; da análise desenvolvida pudemos compreender que dentre os dez primeiros produtos, na totalidade dos anos que nosso estudo compreende, apenas três ou quatro deles responderam por grande parte da participação dos produtos de uma forma geral. Outro fator importante é o fato de os produtos primários estarem no topo da pauta exportadora.

A partir de agora focaremos na análise das importações de produtos chineses feitas pelo Brasil. Nossa proposta é destacar os principais produtos, dessa forma realizamos um estudo que envolve o período de 2000-2009; também utilizamos os dez primeiros produtos importados segundo os dados da SECEX.

A tabela 6 (Anexo D), apresenta os dados referentes ao período inicial de 2000 e 2001. Para o primeiro ano temos que a participação dos dez produtos¹⁹ juntos somaram um total de 19% do total importado naquele ano. No segundo ano o montante dos dez principais foi de 22%. Dentre esses dez principais produtos aparecem, por exemplo, o Coque de Hulha, que é obtido a partir do aquecimento da hulha (ou carvão betuminoso), sem combustão, num recipiente fechado, podendo ser utilizado na produção de ferro gusa (alto forno), sendo adicionado junto com a carga metálica (BALANÇO MINERAL BRASILEIRO, 2001); lâmpadas; partes para aparelhos receptores como rádio e televisores; dispositivos de cristais líquidos (LCD); guindastes de pórtico (que são equipamentos portuários).

A partir da tabela 7 (Anexo D), podemos perceber que para o período de 2002 a 2003 alguns produtos da indústria têxtil figuraram entre os dez principais, mesmo que atingindo níveis pequenos de participação. Por exemplo, os tecidos de poliéster responderam por pouco mais de 1,7% do total das importações no período. A participação dos dez principais nesse segundo momento teve uma elevação, atingindo 24% em 2002 e 30 % no ano de 2003.

¹⁹ Coques de Hulha de linhita ou de turfa, lâmpadas e tubos de descarga fluorescente, partes para aparelhos receptores (rádio e televisão), outras hulhas mesmo em pó, hulha antracita, Dispositivos de Cristais Líquidos (LCD), mecanismos toca discos, guindastes de pórtico, glifosato e seus sal, brinquedos.

Os anos de 2004 e 2005, mostrados na tabela 8 do Anexo D, seguiram a mesma tendência de participação dos produtos. Produtos como: partes de aparelhos transmissores e receptores, representando 4,37% em 2004 sofreu aumento de mais de 140% na participação e logrando 7,41% para o ano de 2005.

Os dados referentes ao ano de 2007 não estavam disponíveis em sua forma total, o que levaria a distorções na análise realizada de acordo com a metodologia utilizada. Para tanto, utilizamos a análise para os anos 2005 e 2006 (tabela 9 – Anexo D). Podemos observar ainda, que os principais produtos da pauta importadora brasileira somaram juntos cerca de 30% do total importado, sendo que cada produto teve participação bem semelhante não excedendo a casa dos 10% em relação ao total.

A análise das importações brasileiras da China nos mostrou que houve uma concentração em produtos manufaturados, com pouco ou algum grau tecnológico, em contraponto aos produtos que o Brasil exportou para a China. Também é importante destacar que a participação de todos os dez principais produtos na pauta importadora não somou mais do que 30% do total, ao passo que em relação às exportações vimos que apenas três produtos, durante todo o período estudado, responderam por 50% ou mais em relação ao total.

As importações se mostraram ascendentes nos anos iniciais, movimento que se inverteu a partir do ano de 2003 até os anos finais do período. Cabe ressaltar que a composição dos produtos de importações realizadas pela economia brasileira está fortemente relacionada com manufaturas que possuem algum grau tecnológico mesmo que pequeno.

Tendo feito esta análise que evidencia a natureza das relações Brasil-China, foi possível observar um comportamento crescente das exportações para aquele país, o que mostra a importância da China como parceiro comercial e como receptora de produtos, e sua importância para o Brasil.

4. CONCLUSÕES

Discutimos as ideias sobre o modelo de produção capitalista postuladas por Marx, partindo do pressuposto de que o crescimento da economia chinesa nas últimas três décadas foi liderado pelo setor manufatureiro industrial, e sabendo que é justamente neste setor produtivo que a acumulação de capital ganha escopo. A China é uma economia que ocupa hoje posição de destaque na economia mundial, mas possui um sistema financeiro em grande parte ineficiente. A principal fraqueza das instituições financeiras chinesas é a quase inexistência de distinção entre as funções políticas e comerciais, o processo de reestruturação iniciado em 2003 deverá seguir como uma das prioridades urgentes para a manutenção da sanidade financeira; também ficou evidente a importância atribuída às sociedades de crédito para o desenvolvimento das pequenas e médias empresas e para o fornecimento de micro-crédito.

O gradualismo político tem sido uma das características básicas do modelo chinês desde meados dos anos setenta com as políticas de Deng Xiaoping, reformas que se iniciaram no campo e depois foram estendidas aos demais setores da economia. Sendo a abertura externa um dos principais elementos da reforma chinesa, o país seguiu na busca pela tecnologia avançada, métodos mais modernos de gestão e conhecimento, e a incessante busca por capitais. Atualmente o país apresenta-se como um dos principais exportadores e importadores, e um dos maiores receptores de investimento estrangeiro, e busca tornar-se um dos maiores investidores. A economia brasileira durante a década de 1980 passava pela crise da dívida externa, e após muitas tentativas de planos heterodoxos de estabilização a economia abriu-se de forma rápida para o comércio e finanças internacionais. As relações bilaterais Brasil-China estão cada vez mais se afunilando, o que possivelmente poderá ser favorável para um fortalecimento mútuo dentro e fora dos debates dos fóruns internacionais.

A partir da primeira década dos anos 90, o setor secundário da economia chinesa deu um salto e passou a crescer acima dos demais e manteve-se superior mesmo que em níveis menores do que alcançara antes, o que mostra que esse processo de crescimento da economia chinesa tem sido impulsionado, em grande parte, pela indústria manufatureira, seguido pelo setor serviços e da construção civil. As relações comerciais do Brasil com a China ainda encontra-se em sua fase inicial, mas os primeiros resultados já mostram a existência de grande concentração das exportações brasileiras a China em poucos produtos com baixo valor agregado.

Através do estudo desenvolvido encontramos inúmeras questões pertinentes e que podem influenciar nas relações econômicas entre os países. Concentramo-nos primeiramente na discussão sobre o sistema de produção capitalista e suas relação com o crescimento da economia chinesa, bem como para o desenvolvimento do sistema financeiro. Apresentamos as diferentes vias de inserção na economia mundial de Brasil e China, mostrando os fatores políticos que proporcionam o processo de crescimento desses países. O cenário internacional de abrangência deste trabalho envolve acontecimentos que norteiam uma série de mudanças na economia internacional, como foi a entrada da China na OMC e porque a partir daquele período a economia chinesa adaptaria-se às normas e regras do comércio internacional.

Compreendemos a importância das políticas e planejamento econômico que vigoram na economia chinesa e que buscam o desenvolvimento de áreas geográficas específicas. Neste sentido cabe ressaltar o papel das Zonas Econômicas Especiais para o desenvolvimento tecnológico e ampliação das relações com o exterior, e também a vital importância do fator localização para a implementação dessas zonas. Posto isso, nossa primeira conclusão diz respeito ao processo de transformação territorial chinês, uma vez que a grande concentração das principais áreas industriais e de desenvolvimento tecnológico do país se dá no entorno da região sudeste, assim é inevitável que surjam problemas relacionados com a manutenção das demais regiões, nesse sentido é necessário que existam estudos focados nesta temática.

Outro ponto pertinente é o contraste da estratégia chinesa de inserção internacional com as experiências de implementação do Consenso de Washington na América Latina. Nesses dois casos, a substituição de modelos de modernização fortemente centrado no papel do Estado como promotor do crescimento, por modelos baseados no binômio “abertura-desregulamentação” adotados pelos países latinoamericanos mostrou-se questionável em seus resultados econômicos e sociais. Ao contrário, a globalização, especialmente em sua dimensão financeira, não foi capaz de realizar as promessas de crescimento e estabilidade anunciadas a partir do final dos anos 1980.

Partimos do pressuposto de que houve uma elevação no fluxo comercial entre Brasil e China. Nesse sentido, e considerando-os como importantes parceiros comerciais, é necessário a existência de interesses conjuntos, bem como estratégias voltadas para a geração de bem-estar para ambas sociedades. Vimos que há grande participação dos produtos primários na pauta exportadora brasileira, consistindo em uma cesta de produtos homogênea e concentrada.

A partir desta análise das relações comerciais entre Brasil e China foi possível observar alguns pontos a serem aperfeiçoados, para que assim, a economia brasileira, sobretudo, possa avançar no caminho de seu tão almejado desenvolvimento, o qual reflete a busca por melhores condições econômicas, políticas e sociais.

5. Referências bibliográficas

- ADHIKARI, Rameshi (2002); Yang, Yongzheng. **“Qué significará el ingreso em la OMC para China y sus socios comerciales?”**. Finanzas y Desarrollo, Setembro.
- ARRIGHI, Giovanni (2008) **Adam Smith em Pequim: Orígens e Fundamentos do Século XXI**. São Paulo: Boitempo.
- ARON, Raymond (1993). **“As Etapas do Pensamento Sociológico”**. São Paulo: Martins Fontes.
- BELLUZZO, L. G. (2005) **“O Dólar e os Desequilíbrios Globais”**. Revista de Economia Política, vol. 25, nº 3 (99), pp. 224-232, julho-setembro.
- BRUSSI, A. J. E. (2008) **A pacífica ascensão da China: perspectivas positivas para o futuro?**. Rev. bras. polít. int. [online].vol.51, n.1, pp. 187-191. ISSN 0034-7329.
- CABRAL, Severino (2000) **Encontro entre Brasil e China: cooperação para o século XXI**. Rev. bras. polít. int. [online]. vol.43, n.1, pp. 24-42. ISSN 0034-7329.
- CANUTO, Otaviano.(2010) Giugale, Marcelo. **“The Day After Tomorrow: A Handbook on the Future Economic Policy in the Developing World”**, World Bank, Washington²⁰
- CARLES, William Richard. “The Yangtse Chiang”. The Geographical Journal, Vol. 12, No 3, Setembro de 1898.pp. 225-240. Disponível em www.jstor.org/stable/1774310.
- CARVALHO, F.J.C. (1999) **“Mercado, Estado e Teoria Econômica: uma breve reflexão”**. Revista Econômica, v. 1, n.1.
- CARVALHO, F. J.C. (2007) **“Economia Monetária e Financeira: Teoria e Política”**. Rio de Janeiro: Elsevier.
- CASTRO, A. B.(2001) **A reestruturação industrial brasileira nos anos 1990. Uma interpretação**. Revista de Economia Política. Vol. 21, nº 3.
- CEPAL (2008) **Oportunidade de Comércio e Inversión entre America Latina y Asia-Pacífico: El Vinculo con APEC** . Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe(Cepal),Santiago do Chile, Novembro.
- CEPAL (2010) **La República Popular de China y América Latina y el Caribe: hacia una relación estratégica**, Abril.

²⁰ O livro está disponível na íntegra através do link: acesso através de <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/ORGANIZATION/EXTPREMNET/0,,contentMDK:22708168~pagePK:64159605~piPK:64157667~theSitePK:489961,00.html>)

CEPAL (2012) - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe 2012: **La República Popular China y América Latina y el Caribe: Dialogo y Cooperación ante los nuevos desafíos de la Economía Global**. Chile, Junho.

CHESNAIS, François.(1996) **“A mundialização do capital”**. Editora Xamã.

CONJUNTURA ECONÔMICA. (2009) **“O deslocamento das exportações brasileiras pela China”** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), Julho, p. 22-25.

CONJUNTURA ECONÔMICA.(2011) **“Sinal de alerta”** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), vol.65, nº 02, Fevereiro, p. 29-39.

COOPER, Joshua R (2004). **“The Beijing Consensus”**, The Foreign Policy Center.

DEPARTAMENTO Nacional de Produção Mineral (DNPM).Balanço Mineral brasileiro, 2001.

DINIZ, E. (2005) **“Planejando o desenvolvimento: a centralidade da dimensão político-democrática”**. In: Brasil em desenvolvimento, Instituições, Políticas e Sociedades. vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

FANJÚL, Enrique. (2009) **El Consenso de Pekín: ¿un nuevo modelo para los países en desarrollo?**, Cooperación Internacional y Desarrollo/ Asia-Pacífico. ARI nº 122.

GITLI, Eduardo (2001); ARCE, Randall. **“El Ingreso de China a la OMC y su impacto sobre los países de la cuenca del Caribe”**. Revista de la CEPAL, nº 74, Agosto.

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. <http://www.inpe.br/noticias/noticia.php>

KLINK, A. (2000). **“Mar sem Fim: 360° ao redor da Antártica”**. São Paulo: Companhia das Letras.

KRUGMAN, Paul R.(1999) **“Economia Internacional: teoria e política”**. São Paulo, Makron Books do Brasil.

LICHTHEIM, G. (1981) **“Marx e o modo de produção asiático”**. p. 148-167; In: Tom Bottomore (Org.) **“Karl Marx”**, Riode Janeiro: Zahar Editores.

MARQUES, R.M. (2000) e REGO, J.M.. **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva.

MARX, Karl (1974); Engels, Friedrich. **“Sobre a China”**. Porto (Portugal) : Publicações Escorpão.

MARX, Karl. (1988) **“O Capital: crítica da economia política”**. Volume I, livro primeiro, O processo de produção do capital. São Paulo: Nova Cultural.

MIRANDA, M. B. (2010) e MALUF, C. A. **O Contrato de *Joint Venture* como Instrumento Jurídico de Internacionalização das Empresas**. São Paulo. 2010?

PENROSE, Edith. (2006) **A Teoria do Crescimento da Firma**. Campinas: Editora da Unicamp.

PREBISCH, Raúl (1949). "**O Desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas**". Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, p. 47-111. In Bielschowsky, R. (org.) (2000), op. Cit., vol. 1, p. 69-136.

ROCH, Eugenio Anguiano (2011); Rodríguez y Rodríguez, María Tereza. "**El Sistema Financiero de China: Heterodoxia Política**". Cuadernos del CECHIMEX - Centro de Estudios China-México, Universidad Nacional Autónoma de México, número 4.

ROSALES Osvaldo y Mikio Kuwayama. (2007). **América Latina al encuentro de China e India: perspectivas y desafíos en comercio e inversión**. Revista de la CEPAL no. 93. Chile.

RODRÍGUEZ, Ma. Teresa. (2007) **China: las nuevas políticas para el sector rural**. In: Dussel Peters Enrique y Trapaga Yolanda (coordenadores) *China y México: implicaciones de una nueva relación*. La jornada, México.

RODRIK, Dani (2002). **Depois do Neoliberalismo, o quê?**. In: BNDES (2002). *Desenvolvimento em debate: novos rumos do desenvolvimento no mundo*. Rio de Janeiro: BNDES, p. 277-98.

SALVATORE, DOMINICK (2000). **Economia Internacional**. 6ªed. Rio de Janeiro: JC.

SARTI e LAPLANE. **Investimento Direto Estrangeiro e a Retomada do Crescimento Sustentado nos Anos 90**. Revista Economia e Sociedade, vol. 6, nº 1, junho -1997.

SOBEET (2007). **Boletim da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica**. São Paulo. Ano VI, nº 49. Agosto de 2007.

SPENCE, Jonathan D. (1996) **Em Busca da China Moderna: quatro séculos de história**. São Paulo: Companhia das Letras.

TAVARES, M.C. (2007), "**Crescimento Deveria ser Meta do Banco Central**" in: Revista Desafios do Desenvolvimento. Brasília: Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (IPEA), vol.38, Dezembro.

XUEDONG, Liu Sun. (2012) "**Liberalización financiera y régimen cambiario – caso de China y sus implicaciones para México, 1992-2009**". Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad de México, México.

WILLIAMSON, J. (1992). **Reformas Políticas na América Latina na década de 80**. Revista de Economia Política, vol. 12, n. 1 (45), janeiro-março, p.43-9.

YUAN Yiming *et. al.* (2010) **“China’s First Special Economic Zone: The Case of Shenzhen”**. In: ZENG, D. Zihua (editor) “Building Engines for Growth and Competitiveness in China. Experience with Special Economic Zones and Industrial Clusters”. The World Bank, Washington, D.C.

ZENG, D. Zihua. (2010) **“How Do Special Economic Zones and Industrial Clusters Drive China’s Rapid Development?”**. In: ZENG, D. Zihua (editor) “Building Engines for Growth and Competitiveness in China. Experience with Special Economic Zones and Industrial Clusters”. The World Bank, Washington, D.C.

ANEXO A – Distribuição geográfica das Zonas de Desenvolvimento Econômico e tecnológico

Figura 1. Localização geográfica



Fonte: ZENG (2010).

ANEXO B – Organização do Sistema Financeiro da China

Quadro 1. Sistema Financeiro chinês, Tipos de Instituições (2003-2010)

Banco de Desenvolvimento (3)
 Bancos Comerciais Grandes (5)
 Bancos Comerciais Mistos (12)
 Bancos Comerciais Urbanos (147)
 Bancos Comerciais Rurais (85)
 Bancos Estrangeiros (40)
 Cooperativas de Crédito Rurais (2646)
 Instituições Financeiras não-bancárias (607)
 Bancos Postais (1)
 Cooperativas Rurais (223)
 Fonte: Roch et. al. (2011).

Quadro 2. Principais Bancos da China

Tipo de Banco	Nome em Inglês
Banco de Desenvolvimento	China Development Bank The Export-Import Bank of China Agricultural Development Bank of China
Banco Comercial Estatal	Industrial & Commercial Bank of China China Construction Bank Bank of China Bank of Communications Agricultural Bank of China
Banco Comercial Misto	China CITIC Bank China Everbright Bank Huaxia Bank Guangdong Development Bank Shenzhen Development Bank Industrial Bank China Minsheng Banking Corporation Evergrowing Bank China Zheshang Bank & Bohai Bank

Fonte: Roch et.al. (2011).

ANEXO C – Principais Produtos Exportados do Brasil para China

Tabela 1. Principais produtos da pauta exportadora brasileira para a China Transação (2000-2001).

DESCRIÇÃO	2001 (em US\$)		2000 (em US\$)		Variação Relativa
	Valor (US\$ fob)	Participação %	Valor (US\$ fob)	Participação %	
Outros grãos de soja (mesmo triturados)	537.663.759	28,27	337.350.321	31,09	59,38
Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	340.139.646	17,88	175.976.879	16,22	93,29
Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	142.493.610	7,49	95.214.851	8,77	49,65
Pasta química de madeira	122.464.976	6,44	53.676.872	4,95	128,15
Automóveis (c/ motor explosão 1500<CM3≤3000 sup. 6passag)	62.740.523	3,3	741.858	0,07	---
Fumo (não manufaturado, folhas secas)	50.618.308	2,66	40.846.857	3,76	23,92
Veículos espaciais e seus veic. de lançamento	42.808.045	2,25	---	---	---
Oleos brutos de petróleo	39.847.335	2,09	36.124.318	3,33	10,31
Outros aviões/veículos aéreos(2000kg<peso≤15000kg)	37.505.341	1,97	36.777.710	3,39	1,98
Outras partes e acessórios p/ tratores	28.004.719	1,47	5.768.789	0,53	385,45
TOTAL	1.404.286.262	74	782.478.455	72	-

Elaboração própria com base de dados da SECEX.

Tabela 2. Principais produtos da pauta exportadora brasileira para a China Transação (2002-2003)

DESCRIÇÃO	2003 (em US\$)		2002 (em US\$)		Variação Relativa
	Valor (US\$ fob)	Participação %	Valor (US\$ fob)	Participação %	
Outros grãos de soja (mesmo triturados)	1.313.073.236	28,97	825.474.522	32,75	59,07
Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	520.770.739	11,49	416.437.265	16,52	25,05
Pasta química de madeira	259.386.114	5,72	109.150.406	4,33	137,64
Oleo de soja em bruto (mesmo degomado)	256.400.327	5,66	117.404.140	4,66	118,39
Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	244.086.520	5,39	180.788.203	7,17	35,01
Outros produtos semimanufaturados e seus concentrados	182.704.610	4,03	15.429.879	0,61	---
Lâminas de ferro/aço	151.593.706	3,34	29.126.292	1,16	420,47
Outras partes e acessórios p/ tratores	113.707.699	2,51	29.993.727	1,19	279,1
Outros motores de explosão p/ veículos	74.449.368	1,64	7.114.764	0,28	946,41
Outras madeiras serradas/cortadas em folha	61.964.635	1,37	37.007.587	1,47	67,44
TOTAL	3.178.136.954	70	1.767.926.785	70	-

Elaboração própria com base de dados da SECEX.

Tabela 3. Principais produtos da pauta exportadora brasileira para a China Transação (2004-2005)

DESCRIÇÃO	2005 (jan./dez)		2004 (jan./dez)		Variação Relativa
	Valor (US\$ fob)	Participação %	Valor (US\$ fob)	Participação %	
Outros grãos de soja (mesmo triturados)	1.716.921.127	25,12	1.621.735.722	29,81	5,87
Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	1.242.540.969	18,18	781.363.202	14,36	59,02
Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	542.090.156	7,93	333.592.598	6,13	62,5
Oleos brutos de petróleo	541.629.596	7,93	210.130.456	3,86	157,76
Fumo (não manufaturado, folhas secas)	246.666.746	3,61	101.740.185	1,87	142,45
Pasta química de madeira	230.104.456	3,37	252.164.081	4,64	-8,75
Lâminas de ferro/aço	165.024.471	2,41	49.961.065	0,92	230,31
Óleo de soja em bruto (mesmo degomado)	144.044.173	2,11	422.870.334	7,77	-65,94
Outras madeiras serradas/cortadas em folha	100.579.491	1,47	81.941.651	1,51	22,75
Pedaços e miudezas de aves (congelados)	78.305.568	1,15	33.692.003	0,62	132,42
TOTAL	5.007.906.753	73	3.889.191.297	71	

Elaboração própria com base de dados da SECEX.

Tabela 4. Principais produtos da pauta exportadora brasileira para a China Transação (2006-2007)

DESCRIÇÃO	2007 (jan./dez)		2006 (jan./dez)		Variação Relativa
	Valor (US\$ fob)	Participação %	Valor (US\$ fob)	Participação %	
Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	3.118.949.214	29,02	2.141.645.500	25,49	45,63
Outros grãos de soja (mesmo triturados)	2.831.860.767	26,35	2.431.569.314	28,94	16,46
Oleos brutos de petróleo	839.897.186	7,81	835.846.393	9,95	0,48
Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	591.337.446	5,5	487.812.245	5,81	21,22
Pasta química de madeira	385.553.136	3,59	347.783.404	4,14	10,86
Óleo de soja em bruto (mesmo degomado)	310.246.249	2,89	113.120.057	1,35	174,26
Fumo (não manufaturado, folhas secas)	269.100.543	2,5	77.511.367	0,92	247,18
Ferromônio	206.034.331	1,92	97.790.714	1,16	110,69
Catodos de cobre refinado (e seus elementos em forma bruta)	199.698.482	1,86	---	---	---
Outros couros bovinos	125.224.730	1,17	113.334.765	1,35	10,49
TOTAL	8.877.902.084	83	6.646.413.759	79	

Elaboração própria com base de dados da SECEX.

Tabela 5. Principais produtos da pauta exportadora brasileira para a China Transação (2008-2009)

DESCRIÇÃO	2009 (jan/dez)		2008 (jan/dez)		Variação Relativa
	Valor (US\$ fob)	Participação %	Valor (US\$ fob)	Participação %	
Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	6.354.058.584	31,47	4.114.503.367	25,08	54,43
Outros grãos de soja (mesmo triturados)	6.342.964.920	31,42	5.324.052.177	32,46	19,14
Oleos brutos de petróleo	1.338.299.338	6,63	1.702.458.061	10,38	-21,39
Pasta química de madeira	891.956.064	4,42	614.810.265	3,75	45,08
Minérios de ferro aglomerados e seus concentrados	656.601.083	3,25	771.495.585	4,7	-14,89
Oleo de soja em bruto (mesmo degomado)	398.991.889	1,98	824.025.672	5,02	-51,58
Fumo (não manufaturado, folhas secas)	367.731.002	1,82	366.963.783	2,24	0,21
Outros aviões/veículos aéreos (2000kg < peso < 15000kg)	348.650.025	1,73	204.614.213	1,25	70,39
Ferrominério	346.397.420	1,72	404.362.083	2,47	-14,33
Ferro fundido bruto não ligado	342.025.012	1,69	76.535.903	0,47	346,88
TOTAL	17.387.675.337	86	14.403.821.109	88	

Elaboração própria com base de dados da SECEX.

ANEXO D - Principais Produtos que o Brasil importa da China

Tabela 6. Principais produtos importados pelo Brasil vindos da China Transação (2000-2001)

DESCRIÇÃO	2001 (jan/dez)		2000 (jan/dez)		Variação Relativa
	Valor (US\$ fob)	Participação %	Valor (US\$ fob)	Participação %	
Coques de hulha, de <u>linhita</u> ou de <u>turfa</u>	78.321.541	5,9	58.008.908	4,75	35,02
Lâmpadas/tubos de descarga, <u>fluorescente</u>	69.020.072	5,2	14.789.446	1,21	366,68
Partes p/ aparelhos receptores (<u>radio/ty</u>)	39.976.061	3,01	52.604.393	4,3	-24,01
Outras hulhas(<u>mesmo</u> em pó, mas não aglomeradas)	25.420.512	1,91	2.595.165	0,21	879,33
Hulha <u>antracita</u> (não aglomerada)	18.054.559	1,36	14.118.000	1,16	27,88
Dispositivos de Cristais Líquidos (LCD)	16.866.603	1,27	40.702.489	3,33	-58,56
Mecanismos toca discos(<u>aparelhos de reprodução</u>)	15.177.646	1,14	7.403.104	0,61	105,02
Guindastes de Pórtico	12.688.140	0,96	---	---	---
<u>Glifosato</u> e seu <u>sal</u>	11.638.741	0,88	30.893.458	2,53	-62,33
Outros brinquedos	11.358.793	0,86	11.754.784	0,96	-3,37
<u>TOTAL</u>	298.522.668	22	232.869.747	19	

Elaboração própria com base de dados da SECEX.

Tabela 7. Principais produtos importados pelo Brasil vindos da China Transação (2002-2003)

DESCRIÇÃO	2003 (jan/dez)		2002 (jan/dez)		Variação Relativa
	Valor (US\$ fob)	Participação %	Valor (US\$ fob)	Participação %	
Coques de hulha, de <u>linhita</u> ou de <u>turfa</u>	213.768.537	9,95	102.688.465	6,61	108,17
Partes p/ aparelhos transmissores (<u>radio/ty</u>)	91.552.602	4,26	32.817.648	2,11	178,97
Dispositivos de Cristais Líquidos (LCD)	82.045.666	3,82	34.475.198	2,22	137,98
Partes p/ aparelhos receptores (<u>radio/ty</u>)	59.540.101	2,77	56.275.912	3,62	5,8
Outras hulhas(<u>mesmo</u> em pó, mas não aglomeradas)	51.273.187	2,39	62.914.140	4,05	-18,5
Tecido de filamentos de <u>poliester</u> não <u>texturizados</u>	37.105.893	1,73	10.661.030	0,69	248,05
Tecido de filamentos de <u>poliester</u> <u>texturizado</u>	35.054.740	1,63	9.829.396	0,63	256,63
Mecanismos toca discos(<u>aparelhos de reprodução</u>)	28.009.055	1,3	28.262.909	1,82	-0,9
Hulha <u>antracita</u> (não aglomerada)	24.414.400	1,14	20.591.769	1,33	18,56
<u>Microcontroladores</u> montados p/ <u>montagem superficial</u>	22.353.829	1,04	7.721.713	0,5	189,49
<u>TOTAL</u>	645.118.010	30	366.238.180	24	

Elaboração própria com base de dados da SECEX.

Tabela 8. Principais produtos importados pelo Brasil vindos da China Transação (2004-2005)

DESCRIÇÃO	2005 (jan./dez)		2004 (jan./dez)		Variação Relativa
	Valor (US\$ fob)	Participação %	Valor (US\$ fob)	Participação %	
Partes p/ aparelhos transmissores e receptores	396.487.975	7,41	162.158.081	4,37	144,51
Dispositivos de Cristais Líquidos (LCD)	255.936.201	4,78	159.177.419	4,29	60,79
Coques de hulha, de <u>linhita</u> ou de <u>turfa</u>	163.572.577	3,06	338.914.421	9,13	-51,74
Outros aparelhos <u>videofônicos de gravação/reprodução</u>	121.186.164	2,26	51.707.513	1,39	134,37
Terminais portáteis de telefonia celular	101.972.689	1,9	25.658.310	0,69	297,43
Partes p/ aparelhos receptores (<u>radio/tv</u>)	90.829.821	1,7	99.203.116	2,67	-8,44
Tecido de filamentos de <u>poliester texturizado</u>	74.345.394	1,39	68.742.968	1,85	8,15
Circuito impresso	69.576.855	1,3	40.679.285	1,1	71,04
Outros acumuladores elétricos	58.877.925	1,1	51.686.458	1,39	13,91
Mecanismos toca discos (<u>aparelhos de reprodução</u>)	58.595.829	1,09	38.650.934	1,04	51,6
<u>TOTAL</u>	1.391.381.430	26	1.036.578.505	28	

Elaboração própria com base de dados da SECEX.

Tabela 9. Principais produtos importados pelo Brasil vindos da China Transação (2005-2006)

DESCRIÇÃO	2006 (jan./dez)		2005 (jan./dez)		Variação Relativa
	Valor (US\$ fob)	Participação %	Valor (US\$ fob)	Participação %	
Partes p/ aparelhos transmissores e receptores	517.377.195	6,48	396.490.496	7,4	30,49
Dispositivos de Cristais Líquidos (LCD)	288.834.278	3,62	255.936.262	4,78	12,85
Terminais portáteis de telefonia celular	178.907.644	2,24	101.972.689	1,9	75,45
Outros aparelhos <u>videofônicos de gravação/reprodução</u>	131.894.589	1,65	121.186.164	2,26	8,84
Partes p/ aparelhos receptores (<u>radio/tv</u>)	119.173.890	1,49	90.834.445	1,7	31,2
Coques de hulha, de <u>linhita</u> ou de <u>turfa</u>	112.078.844	1,4	163.572.577	3,05	-31,48
Circuito impresso	103.033.688	1,29	69.594.984	1,3	48,05
Outras câmeras de vídeo	84.691.316	1,06	43.712.424	0,82	93,75
Tecido de filamentos de <u>poliester texturizado</u>	78.480.486	0,98	74.345.394	1,39	5,56
Tubos catódicos p/ receptores de televisão em cores	74.423.131	0,93	24.227.843	0,45	207,18
<u>TOTAL</u>	1.688.895.061	21	1.341.873.278	25	

Elaboração própria com base de dados da SECEX.

Tabela 10. Principais produtos importados pelo Brasil vindos da China Transação (2008-2009)

DESCRIÇÃO	2009 (jan/dez)		2008 (jan/dez)		Variação Relativa
	Valor (US\$ fob)	Participação %	Valor (US\$ fob)	Participação %	
Partes p/ aparelhos receptores (radio/ tv)	477.393.557	3	423.098.989	2,11	12,83
Dispositivos de Cristais Liquidos (LCD)	427.139.411	2,68	818.024.870	4,08	-47,78
Outras partes aparelhos de telefonia	413.627.123	2,6	857.728.116	4,28	-51,78
Tela p/ microcomputadores portáteis	238.966.270	1,5	290.428.269	1,45	-17,72
Outros circuitos integrados	194.855.156	1,22	105.478.913	0,53	84,73
Glifosato e seu sal	172.085.406	1,08	48.444.374	0,24	255,22
Terminais portáteis de telefonia celular	167.544.180	1,05	342.197.375	1,71	-51,04
Microprocessadores montagem superficial	166.754.179	1,05	140.701.664	0,7	18,52
Circuito impresso	159.563.756	1	194.674.676	0,97	-18,04
Outros acumuladores elétricos	153.227.468	0,96	162.000.163	0,81	-5,42
TOTAL	2.571.156.506	16	3.382.777.409	17	

Elaboração própria com base de dados da SECEX.